

Informações Trimestrais - ITR

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

30 de junho de 2018
com relatório sobre a revisão das informações
trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos
Administradores e Acionistas da
TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR respectivamente referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Recuperação Extrajudicial

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que, em 22 de julho de 2017, a Companhia, ajuizou pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos”), em conjunto com suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCERT, Companhia de Maestra Serviços de Engenharia S.A., NTL - Navegação e Logística S.A., Dable Participações Ltda. e Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. (em conjunto “Recuperandas”), nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo em 25 de julho de 2017, conforme descrito nas referidas notas explicativas. Os Planos foram homologados pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no dia 9 de fevereiro de 2018. Os possíveis efeitos sobre as operações das Recuperandas, caso haja, dependem de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, tais como o próprio resultado da execução dos Planos nos moldes planejados. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e controladas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nºs 1, 13 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, onde a Administração detalha o plano para continuidade operacional da Companhia e de suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. visto ao descumprimento de suas obrigações financeiras e/ou exposição negativa de capital circulante líquido. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa nº3 i), o prazo da concessão operada pela controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. se encerrou em 3 de julho de 2017. A partir dessa data as operações desta controlada foram realizadas por força do 14º aditivo ao contrato original de concessão por um período adicional de 12 meses que se encerrou em 3 de julho de 2018. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, além da alienação de ativos e execução dos Planos de Recuperação Extrajudicial. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da investida Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nºs 1 iv) e 3 v) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Adicionalmente, em 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pela juíza da 8ª. Vara Cível do Município de Campinas em 23 de maio de 2018, conforme descrito nas referidas notas explicativas. A implementação das ações acima e os possíveis efeitos sobre as operações das investidas mencionadas anteriormente depende de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, com o intuito principal de assegurar a continuidade de suas atividades. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das referidas investidas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Investigação Interna

Conforme mencionado na Notas Explicativas nºs 1 ii e 1 iii) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigações internas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumprido pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., ocorrido em 22 de fevereiro de 2018. As ações para a investigação pelo Comitê Independente ainda se encontram em andamento e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou suas controladas decorrentes deste processo de investigação interno, bem como pelas autoridades públicas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa nº 2.6 foram auditados por nós, que emitimos relatório datado em 15 de março de 2018, que não conteve qualquer modificação. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC- 2SP034519/O-6



Ezequiel Litvac
Contador CRC-1SP249186/O-5

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	10
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	11
Demonstração do Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	13
Balanço Patrimonial Passivo	14
Demonstração do Resultado	16
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018	21
DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017	22
Demonstração do Valor Adicionado	23

Comentário do Desempenho	24
--------------------------	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	74
---	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	78
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	80
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	81

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	176.000
Preferenciais	0
Total	176.000
Em Tesouraria	
Ordinárias	2.493
Preferenciais	0
Total	2.493

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembleia Geral Ordinária	29/04/2016	Dividendo	23/02/2018	Ordinária		0,26752

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	1.734.295	1.859.860
1.01	Ativo Circulante	28.961	150.454
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	1.399	3.782
1.01.03	Contas a Receber	2.443	124.200
1.01.03.01	Clientes	1.764	123.173
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	679	1.027
1.01.03.02.01	Adiantamento a fornecedores	9	54
1.01.03.02.02	Contas a receber - Partes relacionadas	1	950
1.01.03.02.03	Outros creditos	669	23
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.286	2.913
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.286	2.913
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	22.833	19.559
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	22.833	19.559
1.01.08.01.01	Participações a comercializar	22.833	19.559
1.02	Ativo Não Circulante	1.705.334	1.709.406
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	623.241	655.791
1.02.01.04	Contas a Receber	118.356	18
1.02.01.04.02	Depósitos Judiciais	112.018	18
1.02.01.04.03	Outros creditos	6.338	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	504.885	655.773
1.02.01.09.02	Créditos com Controladas	504.885	655.773
1.02.02	Investimentos	1.063.382	1.033.976
1.02.02.01	Participações Societárias	1.063.382	1.033.976
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.063.382	1.033.976
1.02.03	Imobilizado	9.298	9.437
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	9.298	9.437
1.02.04	Intangível	9.413	10.202
1.02.04.01	Intangíveis	9.413	10.202
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	9.413	10.202

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	1.734.295	1.859.860
2.01	Passivo Circulante	228.497	302.413
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.261	1.666
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.261	1.666
2.01.02	Fornecedores	506	307
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	506	307
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	143.914	126.118
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	98.783	82.634
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	98.783	82.634
2.01.04.02	Debêntures	45.131	43.484
2.01.04.02.01	Debêntures	45.131	43.484
2.01.05	Outras Obrigações	81.816	174.322
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	14.282	14.285
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	14.282	14.285
2.01.05.02	Outros	67.534	160.037
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	33.769	113.262
2.01.05.02.05	Outros débitos	33.301	40.065
2.01.05.02.07	Impostos, Taxas e Contribuições	464	6.710
2.02	Passivo Não Circulante	281.495	352.107
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	36.933	48.435
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	36.933	48.435
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	36.933	48.435
2.02.02	Outras Obrigações	3.994	14.317
2.02.02.02	Outros	3.994	14.317
2.02.02.02.04	Outros débitos	3.994	14.317
2.02.04	Provisões	240.568	289.355
2.02.04.02	Outras Provisões	240.568	289.355
2.02.04.02.04	Provisões sobre Patrimônio Líquido negativo de controladas	240.568	289.355
2.03	Patrimônio Líquido	1.224.303	1.205.340
2.03.01	Capital Social Realizado	832.085	832.085
2.03.01.01	Capital Social	842.979	842.979
2.03.01.02	(-) Ações em tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.02	Reservas de Capital	5.916	13.188
2.03.02.07	Reservas de capital	5.916	13.188
2.03.03	Reservas de Reavaliação	64.310	85.014
2.03.04	Reservas de Lucros	321.992	275.053
2.03.04.01	Reserva Legal	32.224	32.224
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	256.002	242.829
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	33.766	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-43.838	-20.850	-374.258	-429.101
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.199	-25.417	-9.867	-19.081
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-7.590	-10.573	-3.101	-6.455
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-5.100	-7.409	-2.467	-4.850
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-3.631	-5.793	-2.619	-4.622
3.04.02.04	Depreciação do Imobilizado	-112	-223	-116	-237
3.04.02.05	Amortização do Intangível	-61	-126	-118	-237
3.04.02.06	Amortização de ágio sobre investimentos	-705	-1.293	-1.446	-2.680
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	7.154	10.088	5.403	8.788
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	7.154	10.088	5.403	8.788
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.676	-2.395	-339.049	-339.144
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	-1.676	-2.395	-339.049	-339.144
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-32.117	-3.126	-30.745	-79.664
3.04.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-32.117	-3.126	-30.745	-79.664
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-43.838	-20.850	-374.258	-429.101
3.06	Resultado Financeiro	1.788	2.773	-58.818	-92.121
3.06.01	Receitas Financeiras	7.747	15.711	9.892	22.112
3.06.01.01	Receitas Financeiras	7.747	15.711	9.892	22.112
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.959	-12.938	-68.710	-114.233
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-5.959	-12.938	-68.710	-114.233
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-42.050	-18.077	-433.076	-521.222
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-42.050	-18.077	-433.076	-521.222
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	1.452	3.274	-31.339	-44.157
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	1.452	3.274	-31.339	-44.157
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-40.598	-14.803	-464.415	-565.379
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,23399	-0,08532	-2,67664	-3,25854

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	-0,23399	-0,08532	-2,67664	-3,25854

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-40.598	-14.803	-464.415	-565.379
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.067	20.704	11.150	22.505
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.067	10.353	4.937	10.079
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	0	10.351	6.213	12.426
4.03	Resultado Abrangente do Período	-35.531	5.901	-453.265	-542.874

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-144.440	-10.092
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-12.594	-3.489
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-14.803	-565.379
6.01.01.04	Depreciação do Imobilizado	223	237
6.01.01.05	Amortização do Intangível	125	236
6.01.01.06	Baixa de Ativo Imobilizado e Intangível	9	33.573
6.01.01.07	Amortização do ágio	1.178	2.681
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	9.195	7.864
6.01.01.09	Variações Monetárias de Contratos com Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-8.373	-3.405
6.01.01.10	Perda na baixa de investimentos	0	304.483
6.01.01.12	Resultado de Equivalência Patrimonial	3.126	79.664
6.01.01.13	Amortização de custo de emissão de debêntures	0	333
6.01.01.14	Ajuste a valor justo	0	92.067
6.01.01.15	Resultado de Operações Descontinuadas	-3.274	44.157
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-131.846	-6.603
6.01.02.02	Contas a receber empresas ligadas, operações comerciais	9.167	-1.233
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	627	-7.014
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-7.101	202
6.01.02.05	Fornecedores	199	-167
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas	0	3.864
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	595	1.024
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-6.246	-796
6.01.02.09	Depositos Judiciais	-112.000	0
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	0	-2.483
6.01.02.12	Outras variações de ativos e passivos	-17.087	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	40.470	20.406
6.02.01	Investimentos em Controladas e Coligadas	-80.488	-24.797
6.02.03	Recebimento da venda de investimento	121.565	0
6.02.05	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	0	48.153
6.02.06	Aquisição de Bens do Imobilizado	-93	-27
6.02.08	Adições ao Ativo Intangível	-514	-2.923
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	101.587	-9.972
6.03.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-46.440	0
6.03.05	Pagamentos para Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	-457.718	-74.829
6.03.06	Recebimentos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	598.081	74.210
6.03.07	Juros Recebidos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	9.852	201
6.03.09	Pagamento de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	0	-5.580
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-2.188	-3.948
6.03.11	Juros Pagos de Empresas Ligadas, Operações não Comerciais	0	-26

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-2.383	342
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.782	350
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	1.399	692

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-7.272	33.766	7.272	0	33.766
5.04.08	Distribuição de dividendos	0	0	33.766	0	0	33.766
5.04.09	Plano de opções de ações	0	-7.272	0	7.272	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	5.901	-20.704	-14.803
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.803	0	-14.803
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	20.704	-20.704	0
5.05.02.06	Realização da reserva de reavaliação	0	0	0	10.353	-10.353	0
5.05.02.07	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	10.351	-10.351	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.173	-13.173	0	0
5.06.06	Retenção de lucros	0	0	13.173	-13.173	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-4.978	321.992	0	64.310	1.224.303

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-542.874	-22.505	-565.379
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-565.379	0	-565.379
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	22.505	-22.505	0
5.05.02.06	Realização da reserva de reavaliação	0	0	0	10.079	-10.079	0
5.05.02.07	Realização de ajuste de avaliação patrimonial	0	0	0	12.426	-12.426	0
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-72.440	72.440	0	0
5.06.05	Absorção de Prejuízos	0	0	-72.440	72.440	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-301.629	0	-470.434	339.296	410.212

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	30.794	31.293
7.01.02	Outras Receitas	30.794	31.293
7.01.02.01	Realização da Reserva de Reavaliação	20.704	22.505
7.01.02.02	Outras Receitas	10.090	8.788
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-11.868	-345.233
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-9.622	-6.089
7.02.04	Outros	-2.246	-339.144
7.03	Valor Adicionado Bruto	18.926	-313.940
7.04	Retenções	-1.642	-3.154
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.642	-3.154
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	17.284	-317.094
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	12.585	-57.552
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-3.126	-79.664
7.06.02	Receitas Financeiras	15.711	22.112
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	29.869	-374.646
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	29.869	-374.646
7.08.01	Pessoal	12.012	8.259
7.08.01.01	Remuneração Direta	10.843	7.141
7.08.01.02	Benefícios	896	857
7.08.01.03	F.G.T.S.	273	261
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.994	2.316
7.08.02.01	Federais	1.944	2.267
7.08.02.02	Estaduais	2	1
7.08.02.03	Municipais	48	48
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	13.236	113.496
7.08.03.01	Juros	12.938	113.179
7.08.03.02	Aluguéis	231	245
7.08.03.03	Outras	67	72
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	5.901	-542.874
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.901	-542.874
7.08.05	Outros	-3.274	44.157
7.08.05.01	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-3.274	44.157

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	4.414.948	4.589.036
1.01	Ativo Circulante	402.344	659.850
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	253.968	380.114
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa Disponíveis	252.595	376.131
1.01.01.02	Caixa Restrito	1.373	3.983
1.01.02	Aplicações Financeiras	23.882	25.105
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	23.882	25.105
1.01.02.01.03	Aplicações Financeiras vinculadas	23.882	25.105
1.01.03	Contas a Receber	75.594	214.741
1.01.03.01	Cientes	55.430	194.577
1.01.03.01.01	Cleintes	55.430	194.577
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	20.164	20.164
1.01.03.02.01	Contas a receber Contratos de concessão	20.164	20.164
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.566	8.899
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.566	8.899
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	41.334	30.991
1.01.08.01	Ativos Não-Correntes a Venda	22.833	19.559
1.01.08.03	Outros	18.501	11.432
1.01.08.03.01	Adiantamento a fornecedores	3.749	4.090
1.01.08.03.02	Outros creditos	14.752	7.342
1.02	Ativo Não Circulante	4.012.604	3.929.186
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	315.260	171.718
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	35	35
1.02.01.01.01	Títulos Designados a Valor Justo	35	35
1.02.01.07	Tributos Diferidos	180.856	153.218
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	180.856	153.218
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	2.113	2.603
1.02.01.09.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	2.113	2.603
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	132.256	15.862
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	123.807	13.289
1.02.01.10.04	Tributos a recuperar	1.488	1.488
1.02.01.10.05	Outros creditos	6.961	1.085
1.02.03	Imobilizado	136.169	135.397
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	136.169	135.397
1.02.04	Intangível	3.561.175	3.622.071
1.02.04.01	Intangíveis	3.561.175	3.622.071
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.561.175	3.622.071

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	4.414.948	4.589.036
2.01	Passivo Circulante	1.740.755	1.959.207
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	30.317	25.415
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	30.317	25.415
2.01.02	Fornecedores	85.954	102.350
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	85.954	102.350
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.300.022	1.382.468
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	1.082.522	1.216.374
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.082.522	1.216.374
2.01.04.02	Debêntures	217.500	166.094
2.01.04.02.01	Debêntures	217.500	166.094
2.01.05	Outras Obrigações	292.235	423.070
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	39.700	61.238
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	39.700	61.238
2.01.05.02	Outros	252.535	361.832
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	35.313	114.806
2.01.05.02.06	Outros débitos	59.742	64.173
2.01.05.02.07	Notas Promissórias	54.330	54.344
2.01.05.02.08	Instrumentos Financeiros Derivativos	11.997	9.466
2.01.05.02.09	Impostos, Taxas e Contribuições	91.153	119.043
2.01.06	Provisões	32.227	25.904
2.01.06.02	Outras Provisões	32.227	25.904
2.01.06.02.04	Obrigações contrato de concessão	32.227	25.904
2.02	Passivo Não Circulante	1.336.741	1.299.019
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	706.822	684.228
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	574.335	418.254
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	574.335	418.254
2.02.01.02	Debêntures	132.487	265.974
2.02.01.02.01	Debêntures	132.487	265.974
2.02.02	Outras Obrigações	129.707	166.820
2.02.02.02	Outros	129.707	166.820
2.02.02.02.03	Notas Promissórias	90.259	117.336
2.02.02.02.04	Impostos, Taxas e Contribuições	12.248	7.792
2.02.02.02.05	Receitas Diferidas, Líquidas	967	1.647
2.02.02.02.06	Outros débitos	13.887	24.357
2.02.02.02.07	Instrumentos Financeiros Derivativos	12.062	15.688
2.02.02.02.08	Fornecedor	284	0
2.02.03	Tributos Diferidos	214.507	225.742
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	214.507	225.742
2.02.04	Provisões	285.705	222.229
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	49.601	11.274
2.02.04.01.06	Provisão para demandas judiciais e administrativas	49.601	11.274
2.02.04.02	Outras Provisões	236.104	210.955
2.02.04.02.04	Obrigações contrato de concessão	236.056	210.907
2.02.04.02.05	Provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	48	48
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.337.452	1.330.810

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2.03.01	Capital Social Realizado	832.085	832.085
2.03.01.01	Capital Social	842.979	842.979
2.03.01.02	(-) Ações em tesouraria	-10.894	-10.894
2.03.02	Reservas de Capital	5.916	13.188
2.03.02.07	Reservas de Capital	5.916	13.188
2.03.03	Reservas de Reavaliação	64.310	85.014
2.03.04	Reservas de Lucros	321.992	275.053
2.03.04.01	Reserva Legal	32.224	32.224
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	256.002	242.829
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	33.766	0
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	113.149	125.470

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	303.771	622.686	404.839	756.711
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-206.695	-406.417	-335.201	-573.075
3.02.01	Operação, Manutenção e Conservação de Rodovias	-51.660	-104.923	-63.224	-117.917
3.02.02	Custo de manutenção - IAS 37	-10.486	-22.536	-10.862	-21.640
3.02.03	Custo de construção	-42.267	-75.585	-112.874	-148.140
3.02.07	Custo com pessoal	-31.715	-60.537	-25.470	-50.070
3.02.08	Depreciação do imobilizado (custo)	-473	-784	-36	-184
3.02.10	Amortização do intangível (custo)	-50.129	-100.762	-100.666	-184.669
3.02.11	Amortização do intangível (mais valia)	-9.031	-18.567	-10.288	-27.389
3.02.12	Remuneração do poder concedente	-10.934	-22.723	-11.781	-23.066
3.03	Resultado Bruto	97.076	216.269	69.638	183.636
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-89.919	-117.045	-381.467	-422.999
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-57.361	-99.070	-44.267	-85.762
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-25.906	-47.072	-20.535	-39.282
3.04.02.02	Remuneração dos Administradores	-11.062	-16.179	-7.952	-12.344
3.04.02.03	Despesas com Pessoal	-17.328	-29.610	-12.688	-25.414
3.04.02.04	Depreciação do imobilizado (custo)	-325	-1.069	-981	-1.858
3.04.02.05	Amortização do intangível (custo)	-1.665	-3.285	-1.544	-4.885
3.04.02.06	Amortização de Ágio sobre Investimentos	-782	-1.562	-567	-1.979
3.04.02.07	Depreciação do imobilizado (mais valia)	-293	-293	0	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	4.941	5.285	2.006	2.148
3.04.04.01	Outras Receitas Operacionais	4.941	5.285	2.006	2.148
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-37.499	-23.260	-339.206	-339.385
3.04.05.01	Outras Despesas Operacionais	0	-530	-1.293	-1.474
3.04.05.02	Outras despesas não recorrentes	-37.499	-22.730	-337.913	-337.911
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.157	99.224	-311.829	-239.363
3.06	Resultado Financeiro	-79.303	-145.637	-147.830	-335.392

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018		Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018		Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017		Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017	
3.06.01	Receitas Financeiras	9.438		25.283		11.057		13.582	
3.06.01.01	Receitas Financeiras	9.438		25.283		11.057		13.582	
3.06.02	Despesas Financeiras	-88.741		-170.920		-158.887		-348.974	
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-88.741		-170.920		-158.887		-348.974	
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-72.146		-46.413		-459.659		-574.755	
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	19.568		16.015		22.135		43.847	
3.08.01	Corrente	-6.475		-22.854		-3.543		-13.142	
3.08.02	Diferido	26.043		38.869		25.678		56.989	
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-52.578		-30.398		-437.524		-530.908	
3.10	Resultado Líquido de Operações Descontinuadas	1.452		3.274		-31.339		-44.157	
3.10.01	Lucro/Prejuízo Líquido das Operações Descontinuadas	1.452		3.274		-31.339		-44.157	
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-51.126		-27.124		-468.863		-575.065	
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-40.598		-14.803		-464.415		-565.379	
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-10.528		-12.321		-4.448		-9.686	
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)								
3.99.01	Lucro Básico por Ação	-0,23399		-0,08532		-2,67664		-3,25854	
3.99.01.01	ON								
3.99.02	Lucro Diluído por Ação								
3.99.02.01	ON	-0,23399		-0,08532		-2,67664		-3,25854	

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2017 à 30/06/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-51.126	-27.124	-468.863	-575.065
4.02	Outros Resultados Abrangentes	5.067	20.704	11.150	22.505
4.02.01	Reserva de reavaliação reflexa	5.067	20.704	4.937	10.079
4.02.02	Ajuste ao custo atribuído reflexo	0	0	6.213	12.426
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-46.059	-6.420	-457.713	-552.560
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-35.531	5.901	-453.265	-542.874
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	-10.528	-12.321	-4.448	-9.686

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	75.466	385.601
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	215.791	304.011
6.01.01.01	Lucro Líquido do exercício	-14.803	-565.379
6.01.01.02	Provisão de devedores duvidosos	485	0
6.01.01.03	Imposto de renda e contribuição social diferidos	-38.869	-56.989
6.01.01.04	Depreciação do imobilizado	2.146	2.042
6.01.01.05	Amortização do intangível	124.176	218.922
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	247	34.198
6.01.01.07	Margem de construção	-1.237	-2.400
6.01.01.08	Variações Monetárias de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	140.965	231.039
6.01.01.09	Variações monetárias de contratos com empresas ligadas, operações não comerciais	0	-136
6.01.01.10	Provisão para contingências, líquidas de baixas e reversões	38.327	839
6.01.01.11	Ganho em quitação de dívida	-2.407	0
6.01.01.12	Perda na Baixa de Investimento	0	304.483
6.01.01.13	Apropriação de Receitas Diferidas, Líquidas	-680	-679
6.01.01.14	Participação de Acionistas não Controladores	-12.321	-9.686
6.01.01.18	Resultado de equivalência patrimonial - participações descontinuadas	-3.274	44.157
6.01.01.19	Ajuste a valor justo de derivativos e debêntures	-17.509	101.664
6.01.01.20	Amortização custos na emissão de debêntures	545	1.936
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-140.325	81.590
6.01.02.01	Contas a Receber de Clientes	17.097	7.898
6.01.02.02	Contas a Receber Empresas Ligadas, Operações Comerciais	490	11
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	1.333	1.632
6.01.02.04	Despesas do Exercício Seguinte e Outros Valores a Receber	-9.112	-3.880
6.01.02.05	Fornecedores	-16.112	2.853
6.01.02.06	Contas a pagar empresas ligadas, operações comerciais	-21.538	60.916
6.01.02.07	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.902	5.214
6.01.02.08	Impostos, Taxas e Contribuições	-46.288	-27.276
6.01.02.09	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	22.854	13.142
6.01.02.11	Adiantamentos de Clientes e Outras Contas a Pagar	16.571	36.515
6.01.02.13	Outras variações de passivos	-4	-15.435
6.01.02.15	Depósitos judiciais	-110.518	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	59.581	-122.625
6.02.01	Recebimento da venda de investimentos	121.565	0
6.02.04	Dividendos e juros sobre o capital próprio recebidos	0	31.706
6.02.05	Aquisição de Bens do Imobilizado	-2.489	-301
6.02.07	Adições ao Ativo Intangível	-59.495	-148.953
6.02.09	Investimento em controladas e coligadas	0	-5.077
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-258.583	-259.964
6.03.08	Captações Através de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	0	20.328

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
6.03.09	Pagamentos de Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-167.522	-151.259
6.03.10	Juros e Remunerações Pagas sobre Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	-44.621	-128.783
6.03.11	Pagamentos para empresas ligadas, operações não comerciais	0	-250
6.03.13	Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	-46.440	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-123.536	3.012
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	376.131	69.781
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	252.595	72.793

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 30/06/2018**(Reais Mil)**

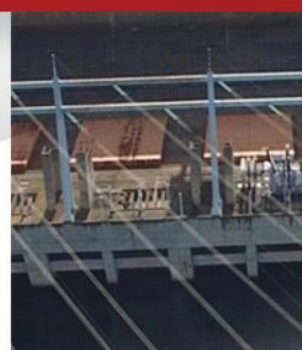
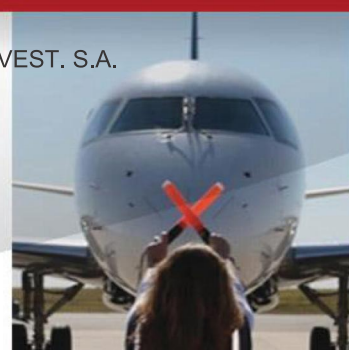
Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340	125.470	1.330.810
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	2.294	275.053	0	85.014	1.205.340	125.470	1.330.810
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-7.272	33.766	0	0	26.494	0	26.494
5.04.08	Plano de opção de ações	0	-7.272	0	0	0	-7.272	0	-7.272
5.04.09	Distribuição de dividendos	0	0	33.766	0	0	33.766	0	33.766
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-14.803	0	-14.803	-12.321	-27.124
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-14.803	0	-14.803	-12.321	-27.124
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	13.173	14.803	-20.704	7.272	0	7.272
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	13.173	-5.901	0	7.272	0	7.272
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10.353	-10.353	0	0	0
5.06.04	Ajuste de reserva de Avaliação Patrimonial	0	0	0	10.351	-10.351	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-4.978	321.992	0	64.310	1.224.303	113.149	1.337.452

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/06/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591	135.710	1.111.301
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	842.979	-301.629	72.440	0	361.801	975.591	135.710	1.111.301
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-565.379	0	-565.379	-9.685	-575.064
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-565.379	0	-565.379	-9.685	-575.064
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-72.440	94.945	-22.505	0	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	-72.440	72.440	0	0	0	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	10.079	-10.079	0	0	0
5.06.04	Realização do Ajuste de Avaliação Patrimonial	0	0	0	12.426	-12.426	0	0	0
5.07	Saldos Finais	842.979	-301.629	0	-470.434	339.296	410.212	126.025	536.237

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 30/06/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 30/06/2017
7.01	Receitas	696.936	844.054
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	590.796	657.322
7.01.02	Outras Receitas	106.140	186.732
7.01.02.01	Receitas de Construção	76.822	150.540
7.01.02.02	Realização da Reserva de Reavaliação	20.704	22.505
7.01.02.03	Outras Receitas	8.614	13.687
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-273.307	-657.674
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-76.923	-46.877
7.02.04	Outros	-196.384	-610.797
7.02.04.01	Custos dos Serviços Prestados	-111.408	-123.512
7.02.04.02	Custos de Construção	-75.585	-148.140
7.02.04.03	Outros Custos Operacionais	-9.391	-339.145
7.03	Valor Adicionado Bruto	423.629	186.380
7.04	Retenções	-126.322	-220.964
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-126.322	-220.964
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	297.307	-34.584
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	25.283	13.642
7.06.02	Receitas Financeiras	25.283	13.642
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	322.590	-20.942
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	322.590	-20.942
7.08.01	Pessoal	91.718	77.569
7.08.01.01	Remuneração Direta	66.145	55.295
7.08.01.02	Benefícios	17.160	15.775
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.757	3.257
7.08.01.04	Outros	3.656	3.242
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	43.647	33.155
7.08.02.01	Federais	14.241	620
7.08.02.02	Estaduais	215	1.430
7.08.02.03	Municipais	29.191	31.105
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	196.919	376.737
7.08.03.01	Juros	165.146	340.870
7.08.03.02	Aluguéis	6.928	7.466
7.08.03.03	Outras	24.845	28.401
7.08.03.03.01	Remuneração do poder concedente	22.722	23.066
7.08.03.03.02	Outras	2.123	5.335
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-6.420	-552.560
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	5.901	-542.874
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	-12.321	-9.686
7.08.05	Outros	-3.274	44.157
7.08.05.02	Lucros (Prejuízo) de Operações Descontinuadas	-3.274	44.157



COMENTÁRIO DO DESEMPENHO FINANCEIRO

INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS DE 30.06.2018

A Companhia divulga suas Informações Trimestrais de acordo com as normas emitidas pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que estão em consonância com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB – *International Accounting Standard Board*.

Conforme determina o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), a Companhia classificou os investimentos realizados nas controladas destinadas à venda em dezembro/16 (Aeroportos Brasil S.A., Portonave S.A.– Terminais Portuários de Navegantes, Tijoá Participações e Investimentos S.A. e CSE – Centro de Soluções Estratégicas S.A.) na rubrica “Participações a comercializar”, no ativo circulante das Demonstrações Financeiras da controladora e do consolidado. Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

A Portonave S.A.– Terminais Portuários de Navegantes teve a sua alienação concluída em outubro/2017. Adicionalmente, a Companhia solicitou em julho/2017 a habilitação do empreendimento de Viracopos ao CPPI (Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos) para futura relicitação nos termos da Lei 13.448/17, realizando a baixa contábil do saldo do investimento em junho de 2017, devido à baixa expectativa de recuperabilidade do ativo.

CONSOLIDADO

A receita bruta consolidada totalizou R\$674,0 milhões, variação de -17,1% em comparação ao resultado dos 6M17, impactada pela menor arrecadação de pedágio (-10,1%), principalmente em função da redução da tarifa praticada durante a prorrogação da Concepa (tarifa média: -48,7%), uma vez que não existem novos investimentos a serem realizados na rodovia, além do impacto causado pela greve dos caminhoneiros em todo o País, com redução de 17,8% no fluxo de veículos pagantes no mês de maio/18. Tais efeitos foram parcialmente compensados pelos reajustes realizados na Concebra (+23,1% em julho/17 e -8,0% em agosto/17), Transbrasiliana (+8,3% em dezembro/17) e Econorte (+4,8% em dezembro/17).

Adicionalmente, a receita de construção apresentou queda de 49,0% nos primeiros seis meses de 2018, reflexo da não existência de serviços de construção na Concepa após o encerramento do prazo do contrato original em julho/17, além da elevada base de comparação, por conta de receitas relativas a períodos anteriores reconhecidas na Concer em 2017. A receita líquida ajustada - que exclui a receita de construção - portanto, atingiu R\$545,9 milhões nos 6M18, variação de -9,9% quando comparada ao mesmo período do ano anterior.

Receita Operacional (R\$ mil)	6M18	6M17	Δ
Arrecadação de Pedágio	590.796	657.322	-10,1%
Construção de Ativos das Concessões	76.822	150.540	-49,0%
Outras Receitas	6.404	5.422	18,1%
Receita Operacional Bruta (ROB)	674.022	813.284	-17,1%
Deduções da Receita Bruta	(51.336)	(56.573)	-9,3%
Receita Operacional Líquida (ROL)	622.686	756.711	-17,7%
Construção de Ativos das Concessões	76.822	150.540	-49,0%
Receita Operacional Líquida Ajustada	545.864	606.171	-9,9%

Custos e Despesas Operacionais

Os custos operacionais consolidados - excluindo depreciação e amortização, custos de construção e provisão para manutenção - atingiram R\$188,2 milhões nos 6M18 (-1,5% em comparação aos 6M17), reflexo da redução observada nas linhas de Obrigações da Concessão, uma vez que o aumento observado no custo com pessoal decorre da internalização, pela Concebra, dos serviços antes prestados pela Vessel-Log Serviços de Engenharia S.A. e realizados na linha de Operação e Manutenção.



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

As despesas operacionais consolidadas - excluindo depreciação e amortização e despesas não recorrentes – registraram R\$88,1 milhões, 15,4% acima do observado no mesmo período do ano anterior, resultado dos custos relativos ao encerramento das operações na Concepa, além de consultorias e assessorias jurídicas na Econorte. É importante mencionar, ainda, que o montante de R\$22,7 milhões na rubrica de Despesas Não Recorrentes se refere principalmente à provisão de demandas judiciais decorrente de alteração na expectativa de perda de ações cíveis relativas a acidente ocorrido na Concer em anos anteriores.

Custos Operacionais (R\$ mil)	6M18	6M17	Δ
Operação e Manutenção das Rodovias	(104.923)	(117.917)	-11,0%
Custo com Pessoal	(60.537)	(50.070)	20,9%
Obrigações da Concessão	(22.723)	(23.066)	-1,5%
Custo Operacional	(188.183)	(191.053)	-1,5%
Depreciação e Amortização	(120.113)	(212.242)	-43,4%
Custo de Construção	(75.585)	(148.140)	-49,0%
Provisão para Manutenção - IAS 37	(22.536)	(21.640)	4,1%
Custo Operacional Total	(406.417)	(573.075)	-29,1%

Despesas Operacionais (R\$ mil)	6M18	6M17	Δ
Despesas Gerais e Administrativas	(47.072)	(39.282)	19,8%
Remuneração dos Administradores	(16.179)	(12.344)	31,1%
Despesas com Pessoal	(29.610)	(25.414)	16,5%
Outras Receitas (Despesas) Administrativas	4.755	674	n/c
Despesa Operacional	(88.106)	(76.366)	15,4%
Depreciação e Amortização	(6.209)	(8.722)	-28,8%
Despesas Não Recorrentes	(22.730)	(337.911)	-93,3%
Despesa Operacional Total	(117.045)	(422.999)	-72,3%

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO E LUCRO BASE DIVIDENDOS

A Companhia obteve prejuízo líquido de R\$14,8 milhões até junho/18 (R\$565,4 milhões nos 6M17), uma vez que o resultado financeiro negativo em R\$145,7 milhões foi superior ao lucro operacional observado de R\$99,2 milhões. Por fim, com contribuição da parcela realizada de reserva de reavaliação, além da reserva de capital por conta do encerramento do plano de opção de ações, o lucro líquido base dividendos atingiu R\$13,2 milhões nos 6M18.



Triunfo
PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS

Lucro (Prejuízo) Líquido (R\$ mil)	6M18	6M17	Δ
Lucro Operacional	99.224	(239.363)	n/c
Resultado Financeiro	(145.637)	(335.392)	-56,6%
Receitas Financeiras	25.283	13.582	86,2%
Despesas Financeiras	(170.920)	(348.974)	-51,0%
Resultado Antes dos Impostos	(46.413)	(574.755)	-91,9%
Impostos Sobre Lucro	16.015	43.847	-63,5%
Impostos Correntes	(22.854)	(13.142)	73,9%
Impostos Diferidos	38.869	56.989	-31,8%
Lucro (prejuízo) de operações em continuidade	(30.398)	(530.908)	-94,3%
Lucro (prejuízo) de operações descontinuadas	3.274	(44.157)	n/c
Lucro (prejuízo) Líquido Consolidado do Período	(27.124)	(575.065)	-95,3%
Atribuível a:			
Acionistas Não Controladores	(12.321)	(9.686)	27,2%
Lucro (Prejuízo) Líquido do Período	(14.803)	(565.379)	-97,4%
Base de Dividendos (R\$ mil)	6M18	6M17	Δ
Lucro (Prejuízo) Líquido	(14.803)	(565.379)	-97,4%
Constituição da reserva legal (5%)	-	-	n/c
Parcela realizada da reserva de reavaliação e ajuste de avaliação patrimonial	20.704	22.505	-8,0%
Ajuste de saldo da reserva de capital (Plano de opção de ações)	7.272	-	n/c
Lucro base de dividendos	13.173	(542.874)	n/c

Notas Explicativas

1. Contexto operacional

A TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Triunfo” ou “Companhia”), constituída em 11 de janeiro de 1999, tem por objeto específico a participação em outras sociedades e a realização de investimentos em negócios, empreendimentos e sociedades. É uma sociedade anônima de capital aberto, constituída de acordo com as leis brasileiras, com sede em São Paulo, capital, e com ações negociadas na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão) sob a sigla “TPIS3”.

As controladas diretas e indiretas e sociedades controladas em conjunto da Companhia estão sumariadas na Nota Explicativa nº 2.3.

Resumo dos eventos relevantes ocorridos no segundo trimestre de 2018:

i) Planos de Recuperação Extrajudicial

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras e de sua subsidiária Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio (“Concer”), conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

As homologações consistem no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos tornam-se vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos Planos.

O Leilão Reverso consistente na opção B de pagamento dos Créditos Abrangidos, prevista na cláusula V.3 do Plano de RE, foi realizado no dia 20 de março de 2018.

Foram contemplados R\$250,4 milhões dos Créditos Abrangidos no Leilão Reverso, representando um deságio médio de 55,3% em relação aos R\$112 milhões disponibilizados pela Companhia.

O pagamento do montante de R\$112 milhões aos credores contemplados no Leilão Reverso ficou suspenso devido à decisão proferida em 19 de março de 2018. Em 10 de maio de 2018 foi publicada decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo que permitiu o pagamento aos credores, porém deixou em aberto a possibilidade de devolução dos valores caso haja provimento de qualquer dos recursos que pleiteiam a não homologação do Plano de RE.

Em 17 de maio de 2018, a Triunfo depositou em juízo os valores individuais devidos a cada credor contemplado no Leilão Reverso, totalizando o montante de R\$112,0 milhões. Até 30 de junho de 2018 os valores não haviam sido levantados pelos credores.

ii) Mandado de Busca e Apreensão

No dia 22 de fevereiro de 2018, a Polícia Federal cumpriu mandado de busca e apreensão na sede social da Companhia e na sede social de suas

Notas Explicativas

subsidiárias Econorte e Rio Tibagi. A ordem judicial foi emanada da 13ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Curitiba/PR.

Em 27 de fevereiro de 2018 a Companhia recebeu pedido de afastamento temporário do Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores. Os membros do Conselho de Administração da Triunfo designaram na mesma data o Sr. Carlo Alberto Bottarelli para assumir as funções da referida Diretoria.

A Companhia forneceu todas as informações solicitadas e continuará a cooperar com as autoridades competentes a fim de esclarecer integralmente os fatos.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas, até a data de divulgação destas informações trimestrais, não têm conhecimento de qualquer processo contra si que esteja relacionado ao objeto das investigações.

iii) Comitê Independente

No dia 01 de março de 2018, o Conselho de Administração da Companhia instituiu um Comitê Independente para coordenar as providências para a instauração de uma investigação dos eventos reportados quanto ao mandado de busca e apreensão citado anteriormente (item ii).

No dia 06 de abril de 2018, o Comitê Independente contratou o escritório Maeda, Ayres e Sarubbi Advogados para iniciar os trabalhos de investigação.

O Comitê é composto por dois Conselheiros Independentes da Companhia e por um terceiro membro independente, sem função na Companhia, o Sr. Durval José Soledade Santos, advogado com ampla experiência no mercado de capitais, tendo atuado na CVM (Comissão de Valores Mobiliários), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) e comitês de diversas companhias de capital aberto.

Os trabalhos de investigação permanecem em andamento na data de divulgação destas informações trimestrais.

iv) Recuperação Judicial - Viracopos

No dia 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 e do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76 (vide nota explicativa 3, item v).

Em 09 de maio de 2018 foi deferida, por decisão judicial da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas, a suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como de todas as ações e execuções movidas contra as investidas, notadamente da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase I-B prevista no Contrato de Concessão.

Em 23 de maio de 2018 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das companhias, iniciando o prazo de 60 dias úteis para apresentação do plano de Recuperação Judicial (protocolado na 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas em 27 de julho de 2018, vide nota explicativa 32, item ii) e o prazo

Notas Explicativas

de 180 dias úteis de *stay period*, no qual todas as ações e execuções contra as companhias permanecerão suspensas.

v) Cobrança de Eixo Suspenso - Econorte

No dia 28 de maio de 2018, devido à publicação da Medida Provisória nº 833/18 e por determinação da Agência Reguladora do Paraná (Agepar) e do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná (DER/PR), o eixo suspenso passou a ser isento de cobrança de pedágio na controlada Econorte.

Nas demais concessões rodoviárias controladas pela Companhia (Concebra, Concepa, Transbrasiliiana e Concer), não houve impacto da Medida Provisória citada, uma vez que a cobrança do eixo suspenso já não era realizada nessas concessões em função da Lei nº 13.103/15 (Lei dos Caminhoneiros).

Ações da Companhia para continuidade operacional:

Em decorrência da deterioração das condições macroeconômicas, cenário político instável e execuções de credores, a Triunfo implementou ações para a melhoria de sua estrutura financeira, compostas por três frentes:

- **Alienação de ativos:**
No início de 2017 a Companhia anunciou ao mercado a intenção de alienação dos ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE (vide nota explicativa nº 13). O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil, anteriormente destinado à venda, foi baixado para perda, conforme nota explicativa nº 3 v). O ativo Portonave foi alienado em 26 de outubro de 2017.
- **Descontinuidade de ativos:**
No terceiro trimestre de 2017, a Companhia encerrou as atividades e extinguiu as empresas Maestra, NTL e Vessel.
- **Plano de recuperação extrajudicial:**
O plano desenvolvido é um instrumento previsto na Lei nº 11.101/2005 (Lei de Recuperação Judicial, Extrajudicial e Falência), que permite a uma sociedade renegociar com seus credores as condições de pagamento de suas dívidas de natureza privada, com exceção de créditos trabalhistas (vide item i e nota explicativa nº 17).

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade. A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente, e entende que as ações implementadas para alienação de ativos, junto ao plano de recuperação extrajudicial, são itens importantes para o planejamento financeiro da Companhia, bem como para continuidade das operações.

Notas Explicativas

2. Base de preparação e principais políticas contábeis

A Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão das informações trimestrais em 07 de agosto de 2018.

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações trimestrais e o resumo das principais políticas contábeis e ao uso de estimativas e julgamentos não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

2.1. Declaração de conformidade

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas e elaboradas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21(R1) – Demonstração Intermediária, equivalente ao IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitido pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e, de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

2.2. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

2.3. Bases de consolidação

As informações trimestrais consolidadas incorporam os saldos das contas patrimoniais e de resultado da Companhia e de suas controladas que são registradas pelo método de equivalência patrimonial.

O exercício social e as informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior.

Notas Explicativas

A seguir estão apresentadas as participações nas controladas e controladas em conjunto, sendo todas as empresas domiciliadas no Brasil:

Controladas

Companhias	30/06/2018		31/12/2017	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. ("Econorte")	100,0	-	100,0	-
Rio Tibagi Serviços de Operações e de Apoio Rodoviários Ltda ("Rio Tibagi")	100,0	-	100,0	-
Concessionária da Rodovia Osório – Porto Alegre S.A. ("Concepa")	100,0	-	100,0	-
Rio Guaíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Guaíba")	100,0	-	100,0	-
Concessão Rodoviária Juiz de Fora – Rio S.A. ("Concer")	64,98	-	64,98	-
Rio Bonito Serviços de Apoio Rodoviário Ltda. ("Rio Bonito")	62,50	-	62,50	-
Concessionária das Rodovias do Vale do Paraíba S.A. - Triunfo Convale ("Triunfo Convale")	100,0	-	100,0	-
Rio Paraíba Serviços Rodoviários Ltda. ("Rio Paraíba")	100,0	-	100,0	-
Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A. ("Concebra")	100,0	-	100,0	-
Dable Participações Ltda ("Dable") (i)	100,0	-	100,0	-
BR Vias Holding TBR S.A. ("Holding TBR") (i) (ii)	-	100,0	-	100,0
Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. ("Transbrasiliana") (ii)	-	100,0	-	100,0
Centro Tecnológico de Infraestrutura Viária ("CTVias")	100,0	-	100,0	-
TPI-Log S.A. ("TPI-Log") (iii)	100,0	-	100,0	-
TPB Terminal Portuário Brites Ltda. ("TPB") (iii)	-	100,0	-	100,0
Trevally Participações e Investimentos S.A ("Trevally")	100,0	-	100,0	-
Rio Claro Energia Ltda ("Rio Claro")	100,0	-	100,0	-
Tucano Energia S.A. ("Tucano")	100,0	-	100,0	-
Retirinho Energia S.A. ("Retirinho")	100,0	-	100,0	-
Guariroba Energia S.A. ("Guariroba")	100,0	-	100,0	-
Estrela Energia S.A. ("Estrela")	100,0	-	100,0	-
Taboca Energia S.A. ("Taboca")	100,0	-	100,0	-
Rio Dourado Participações Ltda. ("Rio Dourado")	100,0	-	100,0	-
ATTT do Brasil Inspeções e Participações Ltda ("ATTT")	64,00	-	64,00	-
Juno Participações e Investimentos S.A. ("Juno")	100,0	-	100,0	-
Santa Cruz Participações e Investimentos S.A. ("Santa Cruz")	100,0	-	100,0	-
Vênus Participações e Investimentos S.A. ("Vênus")	100,0	-	100,0	-
Mercurio Participações e Investimentos S.A. ("Mercurio")	100,0	-	100,0	-
Netuno Participações e Investimentos S.A. ("Netuno")	100,0	-	100,0	-
Minerva Participações e Investimentos S.A. ("Minerva")	100,0	-	100,0	-
Terlip Terminal de Logística Integrada do Paraná S.A. ("Terlip")	100,0	-	100,0	-

- (i) A Dable detém 100,0% de participação na BRVias Holding TBR.
(ii) A BRVias Holding TBR detém 100,0% de participação na controlada Transbrasiliana.
(iii) A TPI-Log detém 100% de participação na TPB.

Controladas em conjunto

Companhias	30/06/2018		31/12/2017	
	Participação (%)		Participação (%)	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Aeroportos Brasil S.A. ("ABSA") (i)	48,12	-	48,12	-
Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. ("Viracopos") (i)	-	24,54	-	24,54
Viracopos Estacionamentos S.A. ("VESA") (i)	-	24,54	-	24,54
Tijóá Participações e Investimentos S.A. ("Tijóá") (ii)	-	50,10	-	50,10
Centro de Soluções Estratégicas S.A. ("CSE") (ii)	-	50,10	-	50,10
Empresa Concessionária de Rodovias do Vale do Itajaí S.A. ("Ecovale") (iii)	52,50	-	52,50	-

- (i) A ABSA detém 51% de participação em Viracopos e Viracopos detém 100,0% de participação na VESA.
(ii) A controlada Juno detém 50,1% de participação na Tijóá e no CSE.
(iii) A concessão do Sistema Rodoviário BR-470/SC foi cancelada quando ainda estava em fase pré-operacional. A controlada em conjunto não possui movimentação financeira.

Notas Explicativas

2.4. Moeda funcional e conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As informações trimestrais foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas.

2.5. Principais políticas contábeis

Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2017, não houve alterações significativas para essas informações trimestrais em relação àquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017. Para os pronunciamentos e interpretações contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, não há impactos relevantes para a Companhia e investidas.

2.6. Reclassificação de valores correspondentes

Para fins de melhor apresentação e comparabilidade, essas informações trimestrais contêm a reclassificação dos montantes de R\$91.574 de debêntures e R\$117.336 de notas promissórias para o passivo não circulante, originalmente classificados no passivo circulante das Demonstrações Financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, o saldo de ações em tesouraria (R\$10.894), que originalmente compunha o saldo de reserva de capital de R\$2.294 no patrimônio líquido das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2017, passa a ser apresentado separadamente na rubrica de ações em tesouraria.

3. Contratos de concessão

Abaixo estão apresentados os principais contratos de concessão da Companhia, por entidade, segregados por segmento do negócio:

i) *Concessionárias de rodovias*

Concer

A Concer explora 180 km da BR-040/MG/RJ, trecho Juiz de Fora - Petrópolis - Rio de Janeiro (Trevo das Missões). O início da concessão ocorreu em 1º de março de 1996 e o prazo da concessão está previsto para 25 anos.

Em abril de 2014 foi firmado o 12º termo aditivo ao contrato de concessão, cujo objeto é a execução de obras para a Nova Subida da Serra, em contrapartida ao pagamento dos serviços pelo Poder Concedente ou pela extensão de prazo do contrato de concessão, a fim de estabelecer equilíbrio econômico financeiro decorrente dos investimentos com as obras.

Devido à inadimplência do Poder Concedente referente a parte das obras já executadas, além dos procedimentos instaurados pelo Tribunal de Contas da União – TCU, a concessionária possui a expectativa de que o prazo de concessão seja prorrogado. No entanto, em junho de 2017 foi publicada a Resolução ANTT nº 5.353, que busca anular de forma unilateral a cláusula do 12º aditivo que permite a extensão do prazo de concessão.

Notas Explicativas

A Concer obteve uma medida liminar concedida pela Justiça Federal do Distrito Federal, que preserva o direito de extensão de prazo previsto em contrato, e aguarda a competente recomposição do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão. O valor total de obras executadas referente ao 12º aditivo, líquido de pagamentos efetuados pelo Poder Concedente, é de R\$522.416, classificados no ativo intangível.

Concepa

A Concepa explorou até 03 de julho de 2018 121 km da rodovia BR-290/RS, trecho Osório – Porto Alegre, conhecido como Free Way, e o entroncamento da BR-116/RS, de Porto Alegre à Guaíba. O início da concessão ocorreu em 4 de julho de 1997, e o prazo da concessão era de 20 anos, podendo ser prorrogado em comum acordo entre a Concepa e o Poder Concedente, conforme condições específicas estabelecidas no contrato de concessão.

Em 04 de julho de 2017, foi firmado entre a Concepa e a ANTT – Agência Nacional de Transportes Terrestres o 14º Termo Aditivo ao contrato de concessão, que prorrogou por mais um ano os serviços de manutenção e operação da rodovia. Durante este período a tarifa de pedágio foi readequada e não estava prevista a realização de obras de expansão e investimentos.

Em 03 de julho de 2018 foi concluído o período de prorrogação do contrato de concessão, encerrando todas as operações da concessionária nos trechos anteriormente concedidos da rodovia. Vide nota explicativa nº 32.

Econorte

A Econorte explora 341 km das Rodovias do Estado do Paraná (BR-369 e PR-323). O início da concessão ocorreu em 14 de novembro de 1997 e o prazo da concessão está previsto para 24 anos.

Concebra

A Concebra explora as rodovias BR-060, BR-153 e BR-262, trecho entre Distrito Federal e os estados de Minas Gerais e Goiás. O trecho concedido totaliza 1.176,5 km e abrange 47 municípios. O início da concessão ocorreu em 31 de janeiro de 2014, e o prazo da concessão previsto é 30 anos.

Transbrasiliana

A Transbrasiliana explora 321,6 km do Lote Rodoviário nº 01, BR-153/SP, no Trecho Divisa MG/SP - Divisa SP/PR, assim como seus acessos. O início da concessão ocorreu em 13 de fevereiro de 2008, e o prazo da concessão previsto é 25 anos.

ii) Prestação de serviços de operação, manutenção e conservação de rodovias

A controlada Rio Guaíba prestou serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação e ampliação das rodovias à controlada Concepa até 03 de julho de 2018, quando as operações das concessionárias foram encerradas. A controlada Rio Tibagi presta serviços de agenciamento para utilização da faixa de domínio e manutenção de trechos da rodovia

Notas Explicativas

administrada pela controlada Econorte. Esses serviços são regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iii) Prestação de serviços de monitoramento

A controlada CTVias presta serviços de monitoramento e avaliação de pavimentos para as concessionárias de rodovias do grupo. Esses serviços são regulados pelos Contratos de Concessão e fiscalizados pelo poder concedente.

iv) Prestação de serviços de operação e manutenção de usina hidrelétrica

Tijóá

A Tijóá tem por objeto específico a geração de energia elétrica por meio da concessão da Usina Hidrelétrica Três Irmãos (“UHE Três Irmãos”) em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência aos distribuidores de energia elétrica do Sistema Interligado Nacional (SIN). A UHE Três Irmãos possui cinco unidades geradoras com turbinas Francis e potência instalada de 807,50 MW e garantia física de 217,5 MW médios.

A Triunfo possui participação indireta de 50,1% na Tijóá desde agosto de 2014. A controlada em conjunto encontra-se disponível para venda, vide nota explicativa nº 13.

v) Administração de aeroportos

Aeroportos Brasil - Viracopos

Em 14 de junho de 2012, a controlada em conjunto Aeroportos Brasil - Viracopos S.A. (“Viracopos”), assinou com a Agência Nacional de Aviação Civil (“ANAC”) o contrato de concessão para ampliação, manutenção e operação do Aeroporto Internacional de Campinas (Viracopos), pelo prazo de 30 anos.

A participação indireta da Triunfo no negócio corresponde a 24,54%, uma vez que:

a) A Concessionária é formada pelos acionistas (i) Aeroportos Brasil S.A. (Acionista Privado), que detém 51% de participação, e (ii) Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO, que detém 49%;

b) O Acionista Privado é uma sociedade de propósito específico com a seguinte composição acionária: Triunfo com 48,12%, UTC Participações S.A. com 48,12%, e Egis Airport Operation com 3,76%.

Em contraprestação pela concessão da exploração do aeroporto, a concessionária Viracopos deve pagar à União contribuição fixa anual no montante de R\$127.367, reajustado anualmente pelo IPCA, equivalente ao total de R\$3.821.010. O valor total atualizado da outorga a pagar em 30 de junho de 2018 é de R\$3.003.416, líquido de compensações e pagamentos já efetuados. Além da contribuição fixa, compreende também uma contribuição

Notas Explicativas

variável correspondente a 5% sobre a totalidade da receita bruta anual da concessionária e de suas eventuais subsidiárias integrais.

Os acionistas de Viracopos autorizaram, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de procedimento de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Em 29 de julho de 2017, a Concessionária solicitou ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos (CPPI) a habilitação da concessão do aeroporto de Viracopos para relicitação.

O interesse pela relicitação da Concessão de Viracopos advém do cenário de dificuldade financeira enfrentado pela Concessionária, derivada da alteração no contexto macroeconômico do país e da expectativa de demanda estimada pelo próprio poder concedente para os serviços concessionados. Soma-se a isto a redução de tarifas sem a devida compensação econômica financeira pelo Poder Concedente à Concessionária concomitantemente ao ato, conforme previsto nos termos da Lei nº 8.987/95.

A Companhia refletiu em suas informações contábeis de 30 de junho de 2017 o efeito do reconhecimento de perda sobre este ativo, por meio da baixa do investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil S.A., atendendo à norma de Evento Subsequente (CPC 24, item 8). A perda registrada em 30 de junho foi de R\$304.483 e representava o valor de R\$404.289 em 31 de dezembro de 2017, devido aos aportes realizados à investida no segundo semestre de 2017. Em 2018 não foram realizados novos aportes no investimento, desta forma, não houve perdas ou baixas reconhecidas no período de seis meses findo em 30 de junho de 2018.

A Administração da Triunfo pautou o registro de perda do investimento em Viracopos pelos os seguintes fatos: (i) os procedimentos de encerramento do atual contrato de concessão serão objeto de termo aditivo a ser firmado após aceita a qualificação para relicitação deste empreendimento; (ii) o valor da indenização está sujeito a processo arbitral; (iii) o pagamento da indenização aos atuais acionistas somente ocorrerá no momento da transferência do contrato de concessão para o futuro concessionário, ou abertura do processo de caducidade, e priorizará o pagamento dos financiadores, das multas e das outorgas.

Em 19 de fevereiro de 2018, a Aeroportos Brasil Viracopos S.A. recebeu notificação da ANAC comunicando a instauração de processo administrativo para verificação de inadimplência que poderá ensejar caducidade da concessão do Aeroporto de Viracopos.

No dia 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial nos termos da Lei nº 11.101/05 e do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76.

O objetivo do pedido é preservar os ativos das companhias, promover o equacionamento de sua situação financeira, assegurar a continuidade das

Notas Explicativas

atividades e a manutenção de milhares de postos de trabalho (diretos e indiretos), assegurar o recolhimento de relevantes tributos e o pagamento dos créditos concursais, na forma do plano de Recuperação Judicial.

A consultoria Deloitte Touche Tohmatsu realizou perícia prévia para análise da documentação apresentada, bem como foi nomeada como administradora judicial.

Em 09 de maio de 2018 foi deferida, por decisão judicial da 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas, a suspensão do processo administrativo instaurado para eventual decretação de caducidade da concessão, bem como de todas as ações e execuções movidas contra as investidas, notadamente da multa administrativa aplicada relativamente à conclusão da fase I-B prevista no Contrato de Concessão.

Em 23 de maio de 2018 foi deferido o processamento da Recuperação Judicial das companhias, iniciando o prazo de 60 dias úteis para apresentação do plano de Recuperação Judicial e o prazo de 180 dias úteis de *stay period*, no qual todas as ações e execuções contra as companhias permanecerão suspensas.

Em 27 de julho de 2018, foi protocolado na 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas o Plano de Recuperação Judicial, para deliberação pelos credores (vide nota explicativa 32, item ii).

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Disponibilidades	6	4	23.481	33.954
Aplicações financeiras	1.393	3.778	229.114	342.177
	1.399	3.782	252.595	376.131

Os recursos se referem substancialmente a aplicações financeiras em Certificado de Depósito Bancário (CDB), lastreados ao rendimento dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI), compromissadas, resgatáveis a qualquer momento e sem risco de mudança significativa do valor.

5. Caixa restrito

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Caixa restrito - Concer	1.373	3.983
	1.373	3.983

Em 21 de julho de 2017, a Concer assinou Acordo de Condição Resolutiva junto aos Debenturistas e titulares de Notas Promissórias para definir os termos de quitação dos títulos vencidos. O Acordo prevê a liquidação destes títulos mediante o pagamento de 44 parcelas mensais e sucessivas, de 26 de julho de 2017 a 26 de fevereiro de 2021, mediante o bloqueio de recursos necessários para o pagamento de principal e juros.

Notas Explicativas

São bloqueados apenas os valores necessários para pagamento de principal e juros da dívida dos respectivos meses, permanecendo retidos estes valores até o dia útil anterior a cada data de pagamento, e liberados os valores excedentes.

6. Aplicações financeiras vinculadas

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Transbrasiliana	8.463	8.389
Econorte	15.454	16.751
	23.917	25.140
Parcela do circulante	23.882	25.105
Parcela do não circulante	35	35

A controlada Transbrasiliana mantém aplicação financeira em CDB, com liquidez diária, sendo remunerada pela variação dos CDIs, mantida a título de garantia da operação junto ao BNDES (nota explicativa nº 17).

A controlada Econorte constitui reserva monetária para o pagamento das remunerações mensais e amortizações das debêntures (nota explicativa nº 18). A formação dessas reservas é supervisionada pelo agente fiduciário.

7. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Pedágio (cartão e vale-pedágio)	-	-	47.943	55.510
Uso da faixa de domínio	-	-	18.753	28.675
Outras contas a receber (i)	1.764	123.173	15.450	136.623
	1.764	123.173	82.146	220.808
Provisão para crédito de liquidação duvidosa (ii)	-	-	(26.716)	(26.231)
Total (ativo circulante)	1.764	123.173	55.430	194.577

- (i) O saldo a receber da Controladora em 31 de dezembro de 2017 refere-se substancialmente a ajuste de preço e *earnouts* da alienação da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes (R\$121.565), concluída em 26 de outubro de 2017. Em fevereiro de 2018 foram recebidos R\$31.565 e em 23 de abril de 2018 o saldo de R\$ 90.000 foi liquidado.
- (ii) A provisão para crédito de liquidação duvidosa refere-se a saldos de contas a receber das controladas Concer e Transbrasiliana relativos a uso de faixa de domínio (R\$13.598), e à venda de licença ambiental obtida pela Concepa ao Poder Concedente no montante de (R\$13.118), que encontram-se vencidos há mais de 90 dias.

A seguir, o saldo das contas a receber consolidado por vencimento:

	30/06/2018	31/12/2017
A vencer e vencidos até 90 dias	55.430	194.577
Vencidos há mais de 90 dias	26.716	26.231
	82.146	220.808

Notas Explicativas

Notas Explicativas

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Saldo no início do exercício	(26.231)	(8.708)
Adições	(485)	(17.523)
Baixas	-	-
Saldo no final do exercício	<u>(26.716)</u>	<u>(26.231)</u>

A Triunfo e suas controladas adotam como critério para constituição da provisão para créditos de liquidação duvidosa os itens vencidos há mais de 90 dias.

A provisão constituída é considerada suficiente pela Companhia para créditos cuja recuperação é considerada duvidosa.

8. Contas a receber – contratos de concessão

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas a receber de aditivos - Concepa	<u>20.164</u>	<u>20.164</u>
	<u>20.164</u>	<u>20.164</u>

A controlada Concepa recebeu em 16 de abril de 2014, por meio do 13º termo aditivo do contrato de concessão, a autorização da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para a execução da quarta faixa da BR-290/RS de Porto Alegre até a cidade de Gravataí. A obra previa alargamento das pistas da BR-290/RS nos dois sentidos, entre o acesso da BR-448, em Porto Alegre, e o trevo de Gravataí que dá acesso à RS-118.

De acordo com a nota técnica nº 099/2017 emitida pela ANTT após a revisão da Agência, o saldo recomposto a ser liquidado referente ao 13º aditivo é de R\$20.164. O contrato aditivo previa que, caso não houvesse a liquidação financeira, o saldo restante a receber poderia ser convertido em extensão de prazo do contrato de concessão, por período proporcional aos valores não liquidados.

Conforme mencionado nas notas explicativas nº 3 i) e 32, as operações da Concepa se encerraram em 03 de julho de 2018, não havendo mais a possibilidade de extensão do prazo de concessão. A concessionária mantém as tratativas que buscam o reequilíbrio financeiro de investimentos realizados ao longo do período administrado e ainda não remunerados, incluindo o saldo do 13º Termo Aditivo.

Notas Explicativas

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	-	-	875	1.047
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL	-	-	403	205
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.257	2.905	3.108	3.551
Programa de Integração Social – PIS	3	-	42	80
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – Cofins	20	1	206	391
Instituto Nacional do Seguro Social – INSS	-	-	2.199	2.746
Outros	6	7	2.221	2.367
	2.286	2.913	9.054	10.387
Parcela do circulante	2.286	2.913	7.566	8.899
Parcela do não circulante	-	-	1.488	1.488

10. Impostos de renda e contribuição social

A Administração da Companhia periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Os impostos diferidos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis ou tributáveis. Os impostos diferidos ativos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL são reconhecidos apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro.

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
<u>Prejuízo fiscal e base negativa (i)</u>	61.319	54.068
<u>Diferenças temporárias:</u>		
Provisão para manutenção	70.810	59.514
Instrumentos financeiros derivativos	8.562	9.146
Provisão para contingências	15.684	5.976
Amortização de ágio	120	125
Outras provisões temporárias	566	-
	95.742	74.761
IRPJ/CSLL diferidos referentes ao valor justo reconhecido na aquisição do investimento Transbrasiliana (ii)	23.795	24.389
	180.856	153.218

(i) Saldos decorrentes de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL das controladas Concer (R\$16.239), Concebra (R\$33.896) e Transbrasiliana (R\$11.184).

(ii) Impostos diferidos decorrentes do reconhecimento do valor justo na aquisição dos ativos da Transbrasiliana.

O valor contábil do crédito fiscal diferido é revisado anualmente pela Administração das controladas e os ajustes decorrentes não têm sido significativos em relação à previsão inicial da Administração.

Notas Explicativas

A expectativa de recuperação dos créditos tributários diferidos referentes a prejuízo fiscal e base negativa, indicada pelas projeções de resultado tributável é:

Consolidado	
Exercício a findar-se em:	
2018	14.836
2019	30.654
2020	15.829
	61.319

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Reserva de reavaliação	46.098	53.640
Receita de construção – Aditivos	114.957	114.537
Custos financeiros capitalizados	13.984	14.068
Estorno de amortizações – ICPC 01	39.468	43.497
	214.507	225.742

c) Prejuízos fiscais e bases negativas acumulados - Controladora

Os saldos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro da Companhia e de suas controladas não tem prescrição e são compensáveis nos termos da Lei nº 9.065/95, a qual restringiu a compensação destes créditos fiscais à razão de 30% dos lucros tributáveis apurados em cada período-base de pagamento dos tributos e são demonstrados como segue:

	30/06/2018	31/12/2017
Triunfo	55.863	49.516
	55.863	49.516

Os créditos fiscais sobre o prejuízo e base negativa da contribuição social da Triunfo não foram registrados devido não haver histórico de lucros tributáveis e não atenderem aos requisitos para reconhecimento inicial.

Em 2017, a Companhia cedeu créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para suas controladas, com a finalidade de utilização nos programas de parcelamento da Receita Federal, o Programa de Regularização Tributária (PRT), estabelecido pela MP 766/17 e o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), criado pela MP 783/17, que foi convertida na Lei 13.496/2017. Foi utilizado o montante de R\$570.645 do saldo de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (créditos de R\$194.019) nos programas de parcelamento citados acima.

Notas Explicativas**d) Imposto de renda e contribuição social - resultado**

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculados pela aplicação das alíquotas vigentes e os valores refletidos no resultado:

	30/06/2018				
	Controladora	Controladas Lucro Real	Controladas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(18.077)	(34.588)	421	5.831	(46.413)
À alíquota fiscal vigente (34%)	6.146	11.760	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(1.063)	-	-	-	-
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(2.921)	4.979	-	-	-
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(19)	-	-	-
Parcela isenta do IRPJ	-	24	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(2.162)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(22.720)	(134)	-	(22.854)
IRPJ e CSLL diferidos	-	39.464	-	(595)	38.869
Total de IRPJ e CSLL	-	16.744	(134)	(595)	16.015
Alíquota efetiva (i)		48%	32%		

- (i) A alíquota efetiva das investidas optantes pelo Lucro Real está distorcida devido a uma exclusão de R\$5 milhões realizada pela controlada Concepa, decorrente da decisão da Receita Federal que reduz o valor de um auto de infração cuja despesa havia sido adicionada na base de cálculo dos impostos em 2017. Desconsiderando este efeito, a alíquota efetiva na apuração do Lucro Real seria de 33%.

	30/06/2017				
	Controladora	Controladas Lucro Real	Controladas Lucro Presumido	Eliminações	Consolidado
Lucro (Prejuízo) contábil antes dos impostos	(521.222)	(154.704)	33.361	67.810	(574.755)
À alíquota fiscal vigente (34%)	177.215	52.599	-	-	-
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:					
Resultado de Equivalência Patrimonial	(27.086)	-	-	-	-
Adições (exclusões) permanentes, líquidas	(32.722)	(1.178)	-	-	-
Incentivos fiscais (PAT, Pronac e outros)	-	(11)	-	-	-
Parcela isenta do IRPJ	-	12	-	-	-
Prejuízos fiscais e bases negativas não reconhecidos	(117.407)	-	-	-	-
IRPJ e CSLL correntes	-	(6.108)	(7.034)	-	(13.142)
IRPJ e CSLL diferidos	-	57.530	-	(541)	56.989
Total de IRPJ e CSLL	-	51.422	(7.034)	(541)	43.847
Alíquota efetiva		33%	21%		

A alíquota nominal dos impostos é de 34% sobre o lucro, ajustado conforme a legislação vigente no Brasil para o regime do Lucro Real. Adicionalmente, não foram reconhecidos créditos tributários diferidos quando não há presunção de resultados tributáveis futuros, resultando em alíquota efetiva demonstrada acima, a qual representa a melhor estimativa da Administração da alíquota anual esperada.

Notas Explicativas

11. Depósitos judiciais

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Credores – Leilão Reverso (i)	112.000	-	112.000	-
Outros depósitos judiciais (ii)	18	18	11.807	13.289
	112.018	18	123.807	13.289

- (i) Depósitos judiciais realizados em favor dos credores contemplados no Leilão Reverso do Plano de Recuperação Extrajudicial da Triunfo (vide nota explicativa nº 17).
- (ii) Depósitos judiciais diversos realizados pelas controladas relacionados a processos de natureza cível, tributária e trabalhista.

12. Transações com partes relacionadas

A controlada Rio Guaíba prestou serviços de socorro médico, socorro mecânico (guincho) e conservação das rodovias (recuperação de obras de infraestrutura) para a controlada Concepa. A controlada Rio Tibagi presta serviços de agenciamento para utilização da faixa de domínio e manutenção de trechos da rodovia administrada pela controlada Econorte. A controlada CTVias presta serviços de monitoramento e avaliação de pavimentos para as concessionárias de rodovias do grupo. Esses serviços foram contratados quanto a preços, prazos, encargos e garantias, em condições similares das operações com terceiros, regulados pelo Contrato de Concessão e fiscalizados pela ANTT. O valor das receitas brutas das controladas Rio Guaíba, Rio Tibagi e CTVias, nos montantes de R\$31.685, R\$518 e R\$2.504, respectivamente, foram completamente eliminados na consolidação das demonstrações financeiras, por se tratarem de operações entre companhias consolidadas nas informações trimestrais.

As transações com partes relacionadas são referentes a operações com controladas, controladas em conjunto e sociedades que estão sob controle comum da Companhia. Os principais saldos e valores estão descritos a seguir:

Notas Explicativas

	Controladora					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado (30/06/2017)
Dividendos a receber:						
Concer	1	-	-	1	-	-
Econorte	-	-	-	949	-	-
Mútuos financeiros:						
Rio Tibagi (i)	-	-	-	-	-	(1.350)
Portonave	-	-	-	-	-	(30)
Concepa (vi)	-	-	-	-	-	(8.690)
Rio Guaiaba (vii)	-	-	-	-	-	(34)
Outros:						
Vênus	-	14.282	-	-	14.282	-
Outros	-	-	-	-	3	-
Total do circulante	1	14.282	-	950	14.285	(10.104)
Mútuos financeiros:						
Maestra (ii)	-	-	-	-	-	7.989
Vetorial	-	-	-	-	-	25
Vetria Mineração	-	-	-	-	-	137
BR Vias Holding (iii)	-	-	-	-	-	627
Transbrasiliana (iv)	-	-	-	-	-	3.424
Concepa (v)	-	-	131	-	-	-
Rio Claro (ix)	198.983	-	7.891	340.152	-	1.293
Vênus (x)	-	-	-	-	-	(92.067)
Concer (xi)	5.638	-	389	5.246	-	9
Outros:						
Econorte	5.484	-	4.173	1.218	-	2.826
Rio Tibagi	1.866	-	-	1.866	-	706
Rio Guaiaba	958	-	489	467	-	34
Concepa (xii)	173.072	-	1.953	195.889	-	362
Concer (xii)	35.126	-	3.601	31.461	-	3.890
Concebra (xii)	35.145	-	3.137	31.979	-	-
Transbrasiliana (xii)	24.124	-	979	23.121	-	-
Juno (viii)	15.040	-	-	15.022	-	-
Vênus	8.659	-	-	8.659	-	-
Outros	790	-	-	693	-	738
Total do não circulante	504.885	-	22.743	655.773	-	(70.007)
Total	504.886	14.282	22.743	656.723	14.285	(80.111)

- (i) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Tibagi, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 3,5% a.a., liquidado em outubro de 2017.
- (ii) Mútuo referente a captações da Maestra com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 4,27% a.a., que corresponde ao custo de captação do recurso pela Triunfo, liquidado em junho de 2017.
- (iii) Mútuo referente a captações da BRVias Holding com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período, liquidado em junho de 2017.
- (iv) Mútuo referente a captações da Transbrasiliana com a Triunfo, atualizado por 102% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período, liquidado em junho de 2017.
- (v) Mútuo referente a captações da Concepa com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (vi) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Concepa, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período, liquidado em outubro de 2017.
- (vii) Mútuo referente a captações da Triunfo com a Rio Guaiaba, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 5,536% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (viii) Contas a receber da Juno referente à venda das cotas do FIP Constantinopla para a controlada.
- (ix) Mútuo referente a captações da Rio Claro com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (x) Refere-se à debênture emitida pela controlada Vênus, que foi repassada à Triunfo com as mesmas taxas e condições estabelecidas na escritura original. O saldo foi integralmente liquidado em outubro de 2017.
- (xi) Mútuo referente a captações da Concer com a Triunfo, atualizado por 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, mais um spread de 7% a.a., acrescido do Imposto de Operações Financeiras – IOF do período.
- (xii) Contas a receber das controladas que incluem, além de reembolsos de despesas, créditos de IRPJ e CSLL diferidos sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Triunfo, cedidos às controladas para fins de abatimento de débitos tributários nos programas de parcelamentos (PRT e PERT). Vide nota explicativa nº 10 c).

Notas Explicativas

	Consolidado					
	30/06/2018			31/12/2017		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado (30/06/2017)
Prestação de serviço:						
CTSA (Concebra) (i)	-	3	-	-	10.919	-
Consórcio NSS (Concer) (i)	-	28.871	-	-	30.124	-
CTSA (Transbrasiliana) (i)	-	1.430	-	-	1.852	-
Mútuo financeiros:						
Portonave	-	-	-	-	-	(30)
Outros:						
THP - Prejuízo fiscal (iii)	-	5.127	-	-	15.327	-
Sócios minoritários - Concer	-	3.016	-	-	3.016	-
Outros	-	1.253	-	-	-	-
Total do circulante	-	39.700	-	-	61.238	(30)
Prestação de serviço:						
Consórcio NSS (Concer) (i)	1.173	-	-	145	-	-
Mútuo financeiros:						
Vetoria	-	-	-	-	-	25
Vetria	-	-	-	-	-	137
Outros:						
Outros	940	-	-	2.458	-	323
Total do não circulante	2.113	-	-	2.603	-	485
Ativo Intangível de concessão e Imobilizado:						
CTSA (Concebra) (ii)	56.128	-	-	74.824	-	-
Total de imobilizado/intangível	56.128	-	-	74.824	-	-
Total	58.241	39.700	-	77.427	61.238	455

- (i) As Concessionárias de Rodovias contrataram a Construtora Triunfo S.A. ("CTSA"), diretamente ou em conjunto com outras companhias, através de consórcios construtores nos quais está participa, para execução das obras de ampliação e recuperação estrutural das rodovias. Os preços e as quantidades das obras realizadas nas rodovias estão de acordo com o estabelecido no Contrato de Concessão e são fiscalizados pelo Poder Concedente.
- (ii) Esses saldos correspondem a adiantamentos para construção de ativos das concessões de rodovias e estão classificados no saldo do Ativo Intangível.
- (iii) Créditos de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social cedidos pela THP – Triunfo Holding de Participações S.A. para a Concepa para abatimentos de débitos no Programa Especial de Regularização Tributária – PERT.

13. Participações a comercializar e operações descontinuadas

Ativo mantido para venda

Com o objetivo de melhorar sua estrutura de capital, a Companhia implementou ações para a alienação de ativos, objetivando gerar recursos e reduzir o seu grau de endividamento. Dentre os investimentos que detém participação, a Companhia destacou os ativos Aeroportos Brasil, Portonave, Tijoá e CSE, os quais foram destinados à venda.

Desta forma, desde 31 de dezembro de 2016 a Companhia reclassificou seus investimentos nas controladas em conjunto citadas acima na rubrica "Participações a comercializar" no ativo circulante das demonstrações financeiras da controladora e do consolidado. Conforme o CPC 31 – Ativo não circulante mantido para venda e operação descontinuada (IFRS 5), os ativos estão registrados pelo valor contábil dos investimentos, que representam valor inferior ao seu valor justo.

Notas Explicativas

A alienação da Portonave S.A. – Terminais Portuários de Navegantes foi concluída em 26 de outubro de 2017, pelo valor total de R\$1.421.565, incluindo ajustes de preços contratuais após a data de alienação.

O investimento na controlada em conjunto Aeroportos Brasil foi baixado para perda em 30 de junho de 2017, conforme nota explicativa nº 3 v.

Em 30 de junho de 2018, as controladas em conjunto Tijoá e CSE permanecem destinadas à venda.

a) Composição dos investimentos destinados à venda e das operações descontinuadas

	Controladora e consolidado					
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Ágio gerado na aquisição	Saldos em 30/06/2018	Saldos em 31/12/2017
Tijoá	26.169	50,10%	13.110	6.452	19.562	16.824
CSE	6.528	50,10%	3.271	-	3.271	2.735
Participações a comercializar	32.697		16.381	6.452	22.833	19.559

Os resultados desses investimentos estão apresentados na rubrica de “Resultado de operações descontinuadas” na demonstração de resultado do exercício da controlada e do consolidado, separadamente dos resultados das operações em continuidade.

	Resultado de operações descontinuadas (controladora e consolidado)	
	30/06/2018	30/06/2017
Aeroportos Brasil	-	(36.605)
Portonave	-	17.461
Tijoá	2.738	3.097
CSE	536	576
Vetria	-	(124)
Maestra	-	(8.880)
Vessel	-	(11.464)
NTL	-	(8.218)
	3.274	(44.157)

b) Principais saldos dos investimentos destinados à venda

Investida	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio Líquido	Resultado do período
TIJOÁ	35.046	40.172	17.779	31.270	26.169	5.465
CSE	9.392	1.093	3.957	-	6.528	1.069

Notas Explicativas

14. Investimentos

a) Investimentos permanentes

Investimento	Controladora				Investimentos permanentes em 30/06/2018	Investimentos permanentes em 31/12/2017
	Patrimônio líquido	Participação %	Equivalência patrimonial	Outras		
Econorte	108.079	100%	108.079	-	108.079	72.654
Rio Tibagi	2.962	100%	2.962	-	2.962	3.867
Rio Guaíba	24.301	100%	24.301	-	24.301	13.257
Concer (i)	328.742	64,98%	213.617	6.504	220.121	242.785
Rio Bonito	12.082	62,50%	7.551	-	7.551	7.723
Concebra	316.943	100%	316.943	-	316.943	329.007
Convale	13.527	100%	13.527	(13.166)	361	360
TPI-Log (v)	110.415	100%	110.415	-	110.415	110.342
Trevally	1	100%	1	-	1	1
Rio Claro	4.448	100%	4.448	-	4.448	-
Dable (ii)	210.130	100%	210.130	-	210.130	196.229
ATTT (i)	131	64,00%	84	50	134	133
Santa Cruz	20.793	100%	20.793	-	20.793	20.792
Terlip	2.374	100%	2.374	-	2.374	2.375
Taboca	4.261	100%	4.261	-	4.261	4.263
Tucano	8.892	100%	8.892	-	8.892	8.892
Retirinho	2.674	100%	2.674	-	2.674	2.674
Guariroba	2.865	100%	2.865	-	2.865	2.864
Estrela	2.755	100%	2.755	-	2.755	2.755
Mercúrio	1	100%	1	-	1	1
Minerva	1	100%	1	-	1	1
Netuno	1	100%	1	-	1	1
CTVias (iv)	334	100%	334	11.348	11.682	13.000
Vênus	1.637	100%	1.637	-	1.637	-
Total Investimentos	1.178.349		1.058.646	4.736	1.063.382	1.033.976
Juno (iii)	(15.040)	100%	(15.040)	-	(15.040)	(15.022)
Rio Paraíba	(312)	100%	(312)	-	(312)	(311)
Ecovale (i)	-	52,5%	-	(48)	(48)	(48)
Concepa	(225.168)	100%	(225.168)	-	(225.168)	(257.837)
Rio Claro	-	100%	-	-	-	(1.986)
Vênus	-	-	-	-	-	(14.151)
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(240.520)		(240.520)	(48)	(240.568)	(289.355)
Total Investimentos Líquido	937.826		818.126	4.688	822.814	744.621

(i) As controladas apresentam um desequilíbrio entre os acionistas nos aportes e na integralização de capital, devido a envio de recursos em proporção diferente à participação da Companhia nas investidas.

(ii) A controlada Dable detém 100% de participação na Holding TBR, que detém 100% de participação na Transbrasiliana.

(iii) A Juno possui 50,1% de participação na Tijoá e no CSE, e os saldos dos investimentos estão reclassificados para Participações a comercializar – nota explicativa nº 13.

(iv) O ágio e a mais valia na aquisição do CTVias, líquidos de amortização (R\$11.348), são reconhecidos no saldo de investimentos na Controladora.

(v) A controlada TPI-Log detém 100% de participação na TPB.

Investimento	Consolidado			
	30/06/2018		31/12/2017	
	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Ecovale	(48)	-	(48)	-
Total provisão sobre passivo a descoberto de subsidiárias	(48)	-	(48)	-

Notas Explicativas**b) Movimentação dos investimentos permanentes**

Investimento	Investimentos permanentes em 31/12/2017	Aportes (reduções) de capital	Resultado de equivalência patrimonial	Outros	Investimentos permanentes em 30/06/2018	Resultado de equivalência patrimonial 30/06/2017
Econorte	72.654	30.000	4.476	947	108.077	(3.164)
Rio Tibagi	3.867	-	(907)	-	2.960	9.564
Concepa	(257.837)	-	32.669	-	(225.168)	(10.642)
Rio Guaíba	13.257	-	11.044	-	24.301	19.581
Concer	242.785	-	(22.665)	-	220.120	(17.764)
Rio Bonito	7.723	-	(173)	-	7.550	(184)
Concebra	329.007	20.200	(32.266)	-	316.941	(56.583)
Convale	360	85	(85)	-	360	(67)
Rio Paraíba	(311)	-	-	-	(311)	-
Ecovale	(48)	-	-	-	(48)	-
TPI-Log	110.342	118	(45)	-	110.415	(110)
Trevally	1	7	(7)	-	1	-
Rio Claro	(1.986)	12.428	(5.993)	-	4.449	(2.523)
ATTT	133	1	-	-	134	-
Juno	(15.022)	-	(17)	-	(15.039)	(1)
Santa Cruz	20.792	12	(11)	-	20.793	(9)
Terlip	2.375	14	(15)	-	2.374	(22)
Taboca	4.263	11	(12)	-	4.262	(8)
Dable	196.229	17.522	(3.622)	-	210.129	(9.370)
Tucano	8.892	22	(22)	-	8.892	(13)
Retirinho	2.674	15	(15)	-	2.674	(9)
Guariroba	2.864	12	(11)	-	2.865	(14)
Estrela	2.755	14	(14)	-	2.755	(9)
Vênus	(14.151)	8	15.781	-	1.638	(8.317)
Mercúrio	1	8	(7)	-	2	-
Minerva	1	4	(4)	-	1	-
Netuno	1	-	(7)	-	(6)	-
CTVias	13.000	7	(1.198)	(116)	11.693	-
Total	744.621	80.488	(3.126)	831	822.814	(79.664)

c) Conciliação do patrimônio líquido e resultado do período da controladora com consolidado

	Patrimônio Líquido		Lucro (Prejuízo) líquido	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	30/06/2017
Controladora	1.224.303	1.205.340	(14.803)	(565.379)
Participação de acionistas não controladores	113.149	125.470	(12.321)	(9.686)
Consolidado	1.337.452	1.330.810	(27.124)	(575.065)

Notas Explicativas**d) Saldos de ativo, passivo e resultado das controladas em 30 de junho de 2018**

Controlada	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Patrimônio líquido	Resultado do exercício
Econorte	51.371	305.722	128.705	120.309	108.079	4.476
Rio Tibagi	913	4.248	1.999	200	2.962	(908)
Concepa	37.646	529	253.764	7.209	(222.798)	35.039
Rio Guaíba	25.488	1.963	3.150	-	24.301	11.045
Concer	25.822	1.228.529	229.953	697.284	327.114	(36.507)
Rio Bonito	11.197	980	95	-	12.082	(277)
Convale	51	13.477	1	-	13.527	(85)
Rio Paraíba	-	-	312	-	(312)	-
Concebra	35.210	1.594.712	1.026.247	286.733	316.942	(32.265)
Dable	-	210.129	-	-	210.129	(3.622)
BRVias Holding	1.493	318.016	78.563	-	240.946	(4.392)
Transbrasiliiana	25.273	587.529	101.658	193.129	318.015	2.310
CTVias	1.296	5.727	3.985	2.704	334	(1.198)
Venus	14.283	-	8.659	3.987	1.637	15.781
TPI - Log	2	110.413	-	-	110.415	(45)
Santa Cruz	-	20.793	-	-	20.793	(11)
Juno	22.833	-	15.040	-	7.793	3.257
Rio Claro	194.913	8.640	199.105	-	4.448	(5.993)
Tucano	4.717	4.175	-	-	8.892	(22)
Retirinho	-	2.674	-	-	2.674	(15)
Guariroba	-	2.865	-	-	2.865	(11)
Estrela	-	2.755	-	-	2.755	(14)
Taboca	832	3.429	-	-	4.261	(12)
ATTT	-	131	-	-	131	-
Mercurio	1	-	-	-	1	(7)
Netuno	1	-	-	-	1	(7)
Minerva	1	-	-	-	1	(4)
Trevally	1	-	-	-	1	(7)
Terlip	8	2.366	-	-	2.374	(15)

15. Imobilizado

	Consolidado							Total
	Terrenos	Edificações e Instalações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Equip. de Proc. de Dados	Veículos	Outros	
Custo								
Saldo em 31/12/2017	106.808	21.624	15.087	2.143	4.765	13.507	1.191	165.125
Construções / Aquisições	-	53	566	23	82	1.743	22	2.489
Mais valia (i)	-	-	557	-	-	-	-	557
Baixas	-	-	-	(4)	(26)	(486)	(18)	(534)
Saldo em 30/06/2018	106.808	21.677	16.210	2.162	4.821	14.764	1.195	167.637
Depreciação								
Saldo em 31/12/2017	-	(5.839)	(7.061)	(1.575)	(3.871)	(11.088)	(294)	(29.728)
Depreciação	-	(362)	(715)	(109)	(130)	(598)	(184)	(2.098)
Depreciação – mais valia	-	-	(48)	-	-	-	-	(48)
Baixas	-	-	6	3	12	385	-	406
Saldo em 30/06/2018	-	(6.201)	(7.818)	(1.681)	(3.989)	(11.301)	(478)	(31.468)
Valor residual líquido								
Saldo em 31/12/2017	106.808	15.785	8.026	568	894	2.419	897	135.397
Saldo em 30/06/2018	106.808	15.476	8.392	481	832	3.463	717	136.169
Taxas de depreciação média		4%	10%	10%	20%	20%	10%	

(i) Mais valia dos ativos da controlada CTVias, identificada na Alocação do Preço de Compra em junho de 2018. A controlada foi adquirida em dezembro de 2017 e a mais valia será amortizada pela vida útil de seus principais equipamentos avaliados.

Notas Explicativas

Os bens do ativo imobilizado são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas por redução ao valor recuperável, se este for o caso. O custo do imobilizado inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimos de projetos de construção de longo prazo. A depreciação é calculada de forma linear.

16. Intangível

Os ativos relacionados a concessão pública são reconhecidos quando o operador recebe o direito de cobrar um valor dos usuários pelo serviço público prestado. Nesta circunstância, a receita da concessionária está condicionada ao uso do ativo e a concessionária é detentora do risco de que o fluxo de caixa gerado pelos usuários do serviço não seja suficiente para recuperar o investimento.

Os contratos de concessão da Companhia que estão no escopo do ICPC 01- Contratos de Concessão não preveem pagamentos pelos serviços de construção por parte do poder concedente, portanto, a totalidade dos ativos de concessão está registrada como ativo intangível representado pelo direito de exploração das rodovias, por meio de cobrança de pedágio dos usuários.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada as curvas de tráfego estimadas como base para a amortização.

	Controladora					
	Ágio na aquisição			Desenvolvimento de projetos (iii)	Licenças de uso e softwares	Total Controladora
Custo	Econorte (i)	Esparta - Rio Guaíba (ii)	Concepa (ii)			
Saldo em 31/12/2017	41.476	267	4.028	485	1.728	47.984
Adições	-	-	-	495	19	514
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	41.476	267	4.028	980	1.747	48.498
Amortização						
Saldo em 31/12/2017	(32.343)	(267)	(4.028)	-	(1.144)	(37.782)
Amortização	(1.178)	-	-	-	(125)	(1.303)
Baixas	-	-	-	-	-	-
Saldo em 30/06/2018	(33.521)	(267)	(4.028)	-	(1.269)	(39.085)
Valor residual líquido						
Saldo em 31/12/2017	9.133	-	-	485	584	10.202
Saldo em 30/06/2018	7.955	-	-	897	561	9.413
Taxas de amortização	0,63%	0,95%			20%	

	Consolidado								
	Total Controladora	Ativos de Concessão de Rodovias (iv)	Projetos de atividades portuárias (v)	Projetos/ Estudos de PCHs (vi)	Outros Intangíveis	Ágio na aquisição da Transbrasiliana (vii)	Ágio na aquisição do CTVias (viii)	Carteira de clientes (CTVias) (ix)	Total Consolidado
Custo									
Saldo em 31/12/2017	47.984	5.868.242	42.774	9.902	327	17.738	11.467	-	5.998.434
Adições	514	63.442	-	-	-	-	-	-	64.442
Baixas	-	(166)	-	-	-	-	-	-	(166)
Transferências	-	-	-	-	-	-	(1.912)	1.355	(557)
Saldo em 30/06/2018	48.498	5.931.518	42.774	9.902	327	17.738	9.555	1.355	6.061.667
Amortização									
Saldo em 31/12/2017	(37.782)	(2.336.389)	-	-	(209)	(1.983)	-	-	(2.376.363)
Amortização	(1.303)	(103.854)	-	-	-	(384)	-	-	(105.541)
Amortização - mais valia	-	(18.567)	-	-	-	-	-	(68)	(18.635)
Baixas	-	47	-	-	-	-	-	-	47
Saldo em 30/06/2018	(39.085)	(2.458.763)	-	-	(209)	(2.367)	-	(68)	(2.500.492)
Valor residual líquido									
Saldo em 31/12/2017	10.202	3.531.853	42.774	9.902	118	15.755	11.467	-	3.622.071
Saldo em 30/06/2018	9.413	3.472.755	42.774	9.902	118	15.371	9.555	1.287	3.561.175

Notas Explicativas

- (i) Em julho de 2005 e novembro de 2007 a Triunfo adquiriu as participações adicionais de 25,0% e de 50,0% da Econorte. Os ágios serão amortizados proporcionalmente ao prazo remanescente da concessão, até outubro de 2021.
- (ii) Em outubro de 2008 a Triunfo, através da controlada Esparta, adquiriu a participação adicional de 30% da Concepa. O ágio está fundamentado na aquisição do direito de exploração da concessão, e foi integralmente amortizado até junho de 2017.
- (iii) Referem-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário.
- (iv) Ativos referentes ao direito de concessão das rodovias amortizáveis durante os prazos de concessões pela curva de tráfego. As adições do período referem-se a investimentos feitos nas rodovias que serão amortizados durante os prazos remanescentes das concessões, conforme determina o ICPC 01.
- (v) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos no segmento portuário, que ainda não estão em fase operacional.
- (vi) Refere-se aos gastos com desenvolvimento de projetos de Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, que ainda não estão em fase operacional.
- (vii) Refere-se ao ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) na aquisição da Holding TBR, controladora da concessionária Transbrasiliana.
- (viii) Refere-se ao ágio na aquisição de CTVias, realizada em 28 de dezembro de 2017, e a alocação final do preço de compra foi reconhecida em junho de 2018.
- (ix) Refere-se à carteira de clientes identificada na avaliação da alocação do preço de compra da controlada CTVias.

Os intangíveis com vida útil indefinida são sujeitos a análise de *impairment* anual. As premissas sobre o fluxo de caixa futuro e projeções de crescimento são baseadas no orçamento anual para 2018 e no plano de negócios de longo prazo da Companhia e de suas controladas e controladas em conjunto, aprovados pelo Conselho de Administração. As principais premissas-chaves utilizadas abrangem o prazo da concessão e rentabilidade dos projetos e consideram o seguinte: (i) crescimento das receitas projetadas com aumento do volume médio e receita média anual, (ii) os custos e despesas operacionais projetados considerando dados históricos, (iii) níveis de manutenção previstos nos contratos de concessão e, (iv) os investimentos em bens de capital. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa equivalente ao custo médio ponderado de capital das companhias. Não foram identificadas perdas por desvalorização nos ativos reavaliados no exercício.

Notas Explicativas

17. Empréstimos e financiamentos

Tipo de empréstimos	Garantias	Indexador	Consolidado	
			30/06/2018	31/12/2017
Triunfo (controladora):				
Fiança Bancária FINEP - FIBRA	Não há	8% a.a.	514	495
Fiança Bancária FINEP - ABC	Não há	CDI+2% a.a.	649	623
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	Não há	CDI + 7,4424% a.a.	33.100	30.944
Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia	Aval da THP (Triunfo Holding de Participações)	140% do CDI	23.847	22.827
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	Não há	CDI+8% a.a.	2.670	2.568
Fiança Bancária FINEP - Santander	Não há	CDI+1% a.a.	12.733	12.280
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Alienação Fiduciária de Ações	CDI+3% a.a.	47.017	47.024
Cédula de crédito bancário - ABC	Não há	CDI+5,8% a.a.	15.186	14.308
Concer:				
Financiamento de imobilizado - FINEP	Carta de fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	1.100	1.032
Cédula de crédito bancário - Banco Guanabara	Aval Pessoas Físicas	CDI + 0,5% a.a.	-	8.669
Cédula de crédito bancário – Avalista	Não há	CDI + 0,5% a.a.	6.538	-
FINAME - Banco Guanabara	Alienação fiduciária dos bens financiados	1,50% a 8,50% a.a.	365	491
FINAME - Banco Mercedes	Alienação fiduciária dos bens financiados	6% a.a.	787	1.153
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	8.120	8.027
Crédito Bancário - Banco ABC	Não há	CDI + 0,5% a.a.	39.509	39.521
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	53.426	55.344
Empréstimo Ponte - BNDES A	Fiança da Companhia (Triunfo) e fiança bancária	TJLP + 0,5% a.a.	206.084	203.044
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	13.441	13.298
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 0,5% a.a.	9.556	9.345
Econorte:				
Conta garantida - Santander	Não há	132,5% do CDI	14.175	15.000
Concebra:				
Empréstimo Ponte - BNDES	Fiança da Companhia (Triunfo)	TJLP + 2% a.a.	857.548	773.773
Cédula de crédito bancário - BDMG	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 2,5% a.a.	19.361	24.456
Empréstimo Ponte - BDMG	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	36.276	53.963
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	14,98% a.a.	-	80
FINAME - BNDES	Alienação fiduciária dos bens financiados e Aval da Companhia (Triunfo)	7,5% a.a.	1.636	2.653
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	Fiança da Companhia, penhor e recebíveis	CDI + 2,5% a.a.	60.519	89.889
Rio Bonito:				
Cartão BNDES – Banco Bradesco	Não há	12,8% a.a.	-	15
Financiamento de imobilizado - CDC – Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	18,02% a.a.	-	7
Transbrasiliana:				
Finem - BNDES	Cessão dos Direitos Creditórios sobre o Contrato de Concessão / Penhor das ações	TJLP + 2,91% a.a.	161.328	170.365
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	15.205	16.967
Arrendamento Mercantil - Banco Safra	Alienação fiduciária dos bens financiados	16,77% a.a.	-	187
Arrendamento Mercantil - HP Financial	Alienação fiduciária dos bens financiados	26,67% a.a.	236	390
Arrendamento Mercantil - Banco Volkswagen S.A.	Alienação fiduciária dos bens financiados	21,20% a.a.	122	167
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	Ações Tijoá e Aval da Companhia (Triunfo)	CDI + 3% a.a.	15.586	15.444
Finame - Banco Volkswagen	Alienação fiduciária dos bens financiados e Notas promissórias	13,25% a.a.	177	210
Cédula de crédito bancário - Banco Volkswagen	Alienação fiduciária dos bens financiados	24,78% a.a.	46	69
			1.656.857	1.634.628
Parcela do circulante			1.082.522	1.216.374
Parcela do não circulante			574.335	418.254

O vencimento da parcela dos empréstimos e financiamentos registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2018 está assim distribuído:

Ano	Controladora	Consolidado
2019	-	65.044
2020	-	115.408
2021	4.617	275.537
2022	10.772	40.199
A partir de 2023	21.544	78.147
	36.933	574.335

Notas Explicativas

A Companhia e suas controladas assumiram compromissos de caráter econômico-financeiro com os credores dos empréstimos, tais como: não realizar operações fora de seu objeto social; não aplicar os recursos do financiamento em fins diversos do pactuado em contrato; proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos da Lei nº 6.404/76; relação entre dívida e EBITDA e de endividamento, entre outros.

Em 30 de junho de 2018, as cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos da Triunfo e de suas controladas foram cumpridas, exceto em relação às dívidas da Concer e da Concebra com o BNDES, que encontram-se vencidas. As controladas citadas tomaram conhecimento da existência de ações de execução movidas pelo credor, porém a exigibilidade de tais dívidas já está sendo controvertida em ações que a Companhia ajuizou, juntamente com suas controladas, em face do BNDES, perante a Seção Judiciária Federal do Rio de Janeiro.

O elevado grau de endividamento no curto prazo deve-se principalmente aos financiamentos do BNDES, que seriam readequados com a liberação dos empréstimos na modalidade longo prazo da mesma instituição financeira. Cabe ressaltar que nenhum efeito contábil seria registrado com o vencimento das dívidas, uma vez que os financiamentos citados já estão classificados integralmente no passivo circulante.

A Administração da Companhia vem adotando medidas para melhorar sua estrutura de capital, negociando alternativas para o alongamento do perfil do seu endividamento na controladora e em suas controladas. Em 2017, foram estruturados Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos de RE”), conforme explicados a seguir.

Planos de Recuperação Extrajudicial:

No dia 9 de fevereiro de 2018 foram homologados os Planos de Recuperação Extrajudicial da Companhia e outras subsidiárias e da Concer, conforme sentença proferida pelo Juízo da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo, publicada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 19 de fevereiro de 2018.

O pedido de homologação dos Planos de RE havia sido protocolado no dia 22 de julho de 2017 e foi deferido em 25 de julho de 2017, determinando a partir desta data a suspensão de todas as ações e execuções relacionadas a créditos abrangidos pelos Planos.

Os Planos de RE foram estruturados principalmente em virtude: (i) da execução, por parte de credores financeiros, das dívidas e suas garantias das controladas Concer e Concebra; (ii) dos riscos inerentes de bloqueios judiciais de ativos operacionais e financeiros essenciais à manutenção das atividades da Triunfo e da Concer; (iii) de restrições de liquidez, considerando a deterioração do cenário macroeconômico; (iv) da queda do desempenho operacional de algumas controladas da Triunfo; e (v) da necessidade de aportes não previstos na Concer e na Concebra.

Os Planos de RE abrangem unicamente os credores financeiros das empresas e não envolvem fornecedores e funcionários. Com esses planos, a Companhia e suas controladas buscam equalizar suas dívidas financeiras, a fim de manter sua atividade empresarial.

Notas Explicativas

A homologação dos Planos de RE consiste no reconhecimento de que foram preenchidos os requisitos legais necessários e que as disposições dos Planos tornam-se vinculantes a todos os Credores Abrangidos, independentemente de terem ou não aderido espontaneamente aos mesmos. Como consequência, os Créditos Abrangidos serão pagos nas condições reestruturadas previstas em cada um dos planos, conforme mencionado a seguir:

- Opção A de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: possui carência de 48 meses a partir da data do pedido de homologação e pagamento de principal e juros em 48 meses após a carência.
- Opção B de pagamento do Plano de RE da Triunfo e controladas: consiste na opção de antecipação do recebimento mediante aplicação de deságio da dívida por meio do Leilão Reverso.
- Plano de RE da Concer: consiste no pagamento de juros mensais equivalentes ao indexador do contrato + spread de 0,5% a.a., sendo que a amortização do principal ocorrerá de 2019 a 2021.

Em relação à Opção B de pagamento, o Leilão Reverso foi realizado no dia 20 de março de 2018 e foram contemplados os credores que apresentaram maior deságio, até o limite de R\$112 milhões que estavam disponibilizados para esta opção. As dívidas a serem liquidadas nesta operação abrangem dívidas próprias e de controladas em que a Triunfo é avalista. Os valores das dívidas totalizam R\$250,4 milhões e o deságio médio obtido foi de 55,3%.

Em 17 de maio de 2018 a Companhia depositou em juízo os montantes para liquidação das dívidas contempladas. Até 30 de junho de 2018 nenhum credor havia levantado os saldos depositados e, portanto, os montantes pagos permanecem registrados na rubrica de Depósitos Judiciais (vide nota explicativa nº 11).

Os recursos decorrentes do desinvestimento de ativos, conforme nota explicativa nº 13, foram utilizados principalmente para a redução do endividamento da Companhia e de suas controladas. O acordo para amortização de dívidas com credores e os Planos de Recuperação Extrajudicial estão em linha com essa estratégia, que busca a melhor solução diante do cenário da Companhia para seu endividamento e para sustentabilidade de seus negócios.

Notas Explicativas

18. Debêntures

Emissora	Emissão	Debêntures Emitidas	Data Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Custos de transação	Valor líquido	Taxa de juros de emissão	Taxa efetiva de juros a.a.	Consolidado	
										30/06/2018	31/12/2017
Econorte (i)	3ª Emissão	24.600	15/04/2015	04/2020	246.000	(6.435)	239.565	CDI + 3,20%	CDI + 3,95%	111.972	166.732
Vessel-log / Triunfo (ii)	1ª Emissão	145.000	21/09/2012	09/2017	145.000	(3.188)	141.812	IPCA + 7,60%	IPCA + 8,19%	45.131	43.484
Concer (iii)	1ª Emissão	200	12/07/2013	02/2021	200.000	(8.750)	191.250	CDI + 3,85%	CDI + 4,82%	112.877	132.653
BRVias Holding TBR (iv)	1ª Emissão	44.000	22/12/2010	12/2021	44.000	-	44.000	IGPM + 12%	IGPM + 12%	76.020	69.424
Vênus (v)	1ª Emissão	699.331	23/11/2016	01/2021	647.300	(7.355)	639.945	13,5% a 15,5%	23,64%	3.987	19.775
					<u>1.282.300</u>	<u>(25.728)</u>	<u>1.256.572</u>			<u>349.987</u>	<u>432.068</u>
									Circulante	217.500	166.094
									Não circulante	132.487	265.974

- (i) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussória. Foram contratados instrumentos financeiros derivativos (Swap), vinculados a esta emissão (vide nota explicativa 29c). Os gastos com emissão, apresentados como redutores do saldo devedor, representam o montante de R\$2.640 (R\$3.360 em 31 de dezembro de 2017), e o ajuste a valor justo, também apresentado compo o saldo devedor, representa o montante de R\$1.125 em 30 de junho de 2018 (R\$1.750 em 31 de dezembro de 2017). Em junho de 2018 ocorreu a amortização antecipada do montante de R\$30.000, conforme deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, reduzindo o saldo a pagar nas próximas parcelas.
- (ii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária com garantias adicionais reais e fidejussórias, em 4 séries. Após a extinção da Vessel, emissora original das debêntures, a Companhia assumiu a dívida junto aos debenturistas, que estão abrangidos no Plano de Recuperação Extrajudicial da Companhia. O saldo devedor das debêntures foi contemplado no Leilão Reverso, realizado em 20 de março de 2018, e o valor para liquidação foi depositado judicialmente em 17 de maio de 2018 (vide nota explicativa nº 11). Até 30 de junho de 2018 os valores ainda não haviam sido levantados pelos credores.
- (iii) Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e adicional fidejussória. Os gastos de emissão eram apresentados como redutores do saldo devedor até 31 de dezembro de 2017, totalizando R\$2.213 naquela data. A Concer assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.
- (iv) Debêntures simples, não conversíveis em ações, com amortizações anuais desde dezembro de 2012. A parcela de dezembro de 2017 encontra-se vencida. O aval da Triunfo referente às debêntures da Holding TBR está abrangido no Plano de RE, vide nota explicativa nº 17.
- (v) Debêntures privadas conversíveis em ações, composta por duas séries. A 1ª série previa remuneração de 13,5% a 15,5% a.a. somada à variação cambial, e possuía como garantia a alienação fiduciária de ações da Portonave. Desta forma, devido à alienação do ativo, a 1ª série das debêntures foi totalmente resgatada em 26 de outubro de 2017. A 2ª série consiste em prêmio a ser pago no vencimento, calculado sobre o valor das ações da Triunfo. Em 30 de junho de 2018 e em 31 de dezembro de 2017 o saldo a pagar refere-se ao prêmio, mensurado a valor justo por meio da precificação das ações da Triunfo para a data de vencimento das debêntures (vide nota explicativa nº 29).

Em 30 de junho de 2018, exceto pelo mencionado no item iv) acima, as cláusulas restritivas das escrituras de debêntures da Companhia e de suas controladas estão sendo cumpridas.

A parcela registrada no passivo não circulante em 30 de junho de 2018, com vencimento até o ano 2021, está assim distribuída:

Ano	Consolidado
2019	57.523
2020	65.727
2021	9.237
	<u>132.487</u>

Notas Explicativas

19. Notas Promissórias

Emissora	Emissão	Vencimento	Valor Nominal	Taxa de juros	Consolidado	
					30/06/2018	31/12/2017
Concer	18/01/2016	02/2021	210.000	CDI + 2,00%	144.589	171.680
					144.589	171.680
				Circulante	54.330	54.344
				Não circulante	90.259	117.336

Os recursos foram utilizados para fazer frente aos investimentos da Nova Subida da Serra da BR 040. A controlada assinou, em 21 de julho de 2017, Acordo de Condição Resolutiva com os credores, que prevê amortização mensal do saldo devedor em 43 parcelas mensais e sucessivas, até fevereiro de 2021.

20. Obrigações do Contrato de Concessão

Os valores registrados como custo de provisão para manutenção referem-se à estimativa de gastos futuros para manter a infraestrutura rodoviária no nível de operacionalidade contratual e são registrados a valor presente. A provisão para manutenção é trazida a valor presente utilizando-se a taxa interna de retorno das respectivas concessões.

	Consolidado					30/06/2018
	31/12/2017	Constituição da provisão para manutenção	Efeito do valor presente sobre a constituição	Realização da manutenção	Ajuste a valor presente - realizações	
Econorte	46.238	6.466	1.734	(1.177)	(496)	52.765
Concebra	188.188	17.497	6.923	-	-	212.608
Concer	598	-	-	-	-	598
Transbrasiliana	1.787	246	279	-	-	2.312
Total	236.811	24.209	8.936	(1.177)	(496)	268.283
Circulante	25.904					32.227
Não circulante	210.907					236.056

21. Impostos, taxas e contribuições

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	-	2.433	710	4.806
Imposto de Renda Pessoa Jurídica	-	3.460	2.463	8.801
Imposto de Renda Retido na Fonte	7	11	1.114	3.494
COFINS	89	137	4.106	7.852
PIS	15	22	1.149	1.686
INSS	-	1	1.251	2.430
Imposto Sobre Serviços	-	-	31.584	29.628
Imposto sobre Operações Financeiras	313	534	323	544
Contribuições Sociais Retidas na Fonte	40	112	382	610
Programa de Regularização Tributária – PRT	-	-	5.357	5.311
Programa Especial de Regularização Tributária - PERT	-	-	32.302	54.855
Outros impostos e contribuições	-	-	22.660	6.818
	464	6.710	103.401	126.835
Parcela do circulante	464	6.710	91.153	119.043
Parcela do não circulante	-	-	12.248	7.792

Notas Explicativas

22. Provisão para demandas judiciais e administrativas

As movimentações e os saldos das provisões estão demonstrados a seguir:

	Consolidado				30/06/2018
	31/12/2017	Adições	Pagamentos	Reversões	
Processos cíveis	5.920	39.154	(202)	(1.231)	43.641
Processos tributários	1.083	281	-	-	1.364
Processos trabalhistas	4.271	639	(160)	(154)	4.596
Total provisão	11.274	40.074	(362)	(1.385)	49.601

Os processos trabalhistas referem-se basicamente ao pagamento de diferenças salariais, verbas rescisórias, horas extras, equiparação salarial e adicional noturno e de periculosidade. As concessionárias de rodovias são também parte em processos de indenização de sinistros ocorridos nas rodovias administradas.

As adições de processos cíveis no primeiro semestre de 2018 referem-se principalmente a alteração na expectativa de probabilidade de perda de ações cíveis individuais e coletivas em decorrência de acidente ocorrido no trecho de rodovia administrado pela controlada Concer.

Adicionalmente, a Companhia e suas controladas são polo passivo em processos cujas chances de perda foram classificadas pelos nossos assessores jurídicos como possível nos montantes de R\$106.697 e R\$201.715 em 30 de junho de 2018 e 31 de dezembro de 2017, respectivamente, para os quais não foram constituídas provisões.

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de junho de 2018, o capital social subscrito e integralizado de R\$842.979 está representado por 176.000.000 ações ordinárias, nominativas, escriturais, sem valor nominal.

Conforme o Estatuto Social, a Companhia está autorizada a aumentar seu capital social para até 200.000.000 de novas ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para emissão e o exercício do direito de preferência. Deste total de aumento autorizado, até 30 de junho de 2018 já foram emitidas 92.575.734 novas ações.

b) Ações em tesouraria

Em 25 de março de 2015 o Conselho de Administração da Companhia aprovou o programa de recompra de ações de sua própria emissão, para fins de cancelamento, permanência em tesouraria ou alienação com o objetivo de maximizar a geração de valor para os acionistas, em razão do desconto das ações da Companhia no Mercado. O programa inicial tinha prazo de 365 dias e foi aprovado novamente em 22 de março de 2016, estendendo seu prazo por mais 18 meses.

Notas Explicativas

Em 18 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a continuidade do programa de recompra de ações, com prazo até março de 2019. Poderão ser adquiridas até 4.708.827 ações ordinárias, dentro do limite de 10,0% da quantidade de ações em circulação, conforme definição do artigo 5º da Instrução CVM 10/80. A Diretoria poderá decidir o melhor momento, dentro do prazo do programa, para realizar a aquisição das ações.

Até 30 de junho de 2018 foram recompradas 2.493.400 ações, totalizando R\$10.894.

c) Reserva de reavaliação

A reserva refere-se à mais valia sobre reavaliação de ativo imobilizado em algumas controladas da Companhia, após a aprovação dos laudos de avaliação pela Administração das controladas, em contrapartida à rubrica “Reserva de reavaliação”, no patrimônio líquido.

A realização da reserva de reavaliação, líquida dos impostos diferidos, ocorre proporcionalmente a realização dos bens que a geraram, contra a conta de lucros e prejuízos acumulados. A parcela realizada da reserva de reavaliação, líquida dos impostos, lançada à rubrica “Lucros acumulados” integra a base de cálculo para as participações e para a distribuição de dividendos.

d) Ajuste de avaliação patrimonial

A Companhia demonstrava na rubrica de Ajuste de Avaliação Patrimonial o ajuste ao custo atribuído da Portonave, controlada em conjunto alienada em 2017. O ajuste ao custo atribuído da Portonave havia sido registrado de acordo com ICPC 10 e CPC 37, e estava sendo realizado na medida da depreciação da respectiva mais valia na investida.

Em decorrência da alienação do investimento, o ajuste de avaliação patrimonial reflexo foi totalmente realizado pela Companhia no exercício de 2017.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

	30/06/2018	30/06/2017
Numerador		
Resultado atribuído aos detentores de ações ordinárias	(14.803)	(565.379)
Denominador		
Média ponderada de ações ordinárias em circulação – básico	173.506.600	173.506.600
Média ponderada das opções exercíveis ao final do período – diluído	-	2.000.000
Média ponderada das opções que seriam exercidas a valor inferior ao preço médio de mercado – diluído	-	(2.000.000)
Resultado por ação – básico	(0,08532)	(3,25854)
Resultado por ação – diluído	(0,08532)	(3,25854)
Resultado por ação - básico e diluído das operações continuadas	(0,10419)	(3,00405)
Resultado por ação - básico e diluído das operações descontinuadas	0,01887	(0,25450)

Até setembro de 2017 estava vigente um plano de opção de compra de ações, para o qual o Conselho de Administração havia aprovado outorgas de opção de compra de 2.000.000 ações da Companhia para executivos e empregados. As

Notas Explicativas

despesas referentes às opções de compra de ações foram totalmente reconhecidas em exercícios anteriores.

f) Lucro (Prejuízo) base de dividendos

	30/06/2018	30/06/2017
Lucro (Prejuízo) Líquido	(14.803)	(565.379)
(+) Realização da reserva de reavaliação reflexa	20.704	10.079
(+) Realização do ajuste de avaliação patrimonial	-	12.426
(+) Reversão do Plano de opção de compra de ações	7.272	-
Lucro (Prejuízo) Base de Dividendos antes da constituição da reserva legal	13.173	(542.874)
(-) Reserva Legal (5% do lucro líquido)	-	-
Base de cálculo de dividendos	13.173	(542.874)

Em 30 de junho de 2018 o saldo de dividendos a pagar da Triunfo é de R\$33.769, referente à distribuição proposta no exercício de 2017. Conforme deliberação da Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2018, foi aprovada a distribuição de 12,5% do lucro base de dividendos de 2017, e o valor excedente ao mínimo obrigatório foi destinado à reserva especial de dividendos não pagos.

O saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2017 é de R\$113.262, composto pelo montante de R\$45.724 referente ao exercício social de 2015, pagos em fevereiro de 2018, e de R\$67.538, correspondente ao dividendo mínimo obrigatório provisionado em 2017.

g) Reserva Legal

A reserva legal é constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício até o limite de 20% do capital, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

h) Participação de acionistas não controladores

O saldo de participação de acionistas não controladores apresentado no Patrimônio Líquido consolidado refere-se à parcela dos demais acionistas das investidas Concer e Rio Bonito, que são consolidadas integralmente pela Companhia.

Notas Explicativas

24. Receita operacional líquida

	Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017
Arrecadação de pedágio nas concessionárias de rodovias	590.796	657.322
Construção de ativos das concessões de rodovia	76.822	150.540
Outros	6.404	5.422
	674.022	813.284
(-) Deduções da receita (Impostos sobre vendas, descontos e abatimentos)	(51.336)	(56.573)
	622.686	756.711

Receita de pedágio

As receitas de pedágio, incluindo as receitas com cartões de pedágio e pós-pagos, são registradas no resultado quando da passagem do usuário pela praça de pedágio.

Reconhecimento de receita e margem de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, esta deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos relativos ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar a margem de lucro. Na contabilização das margens de construção, a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra.

A Companhia também avaliou que não está previsto no contrato original de concessão qualquer remuneração por parte do poder concedente com relação aos serviços prestados de construção nas concessões rodoviárias.

A controlada Concebra, com base em estudos realizados e levantamentos internos, identificou custos que só existem em função das obras de duplicação e recuperação das rodovias e que geram redução no resultado da empresa. Com base neste cenário, a Concebra contabilizou, a partir de 1º de janeiro de 2014, margem de construção de 2,6% sobre o custo de construção, calculada em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir a responsabilidade primária da Concessionária e custos de gerenciamento e acompanhamento das obras.

Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

Receitas acessórias nas concessionárias de rodovias

Receitas decorrentes de contratos de permissão de uso de faixa de domínio da rodovia por terceiros.

Nova norma de reconhecimento de receitas

Desde 1º de janeiro de 2018, está em vigor o CPC 47 - Receita de contrato com cliente (IFRS 15), que não apresenta impactos significativos para as controladas da Companhia.

Notas Explicativas

25. Remuneração dos administradores

Na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2018 foi aprovada a proposta de remuneração global dos Administradores da Companhia no montante de até R\$12.940. O montante dessas remunerações inclui a remuneração fixa e variável, sendo a variável condicionada ao atendimento das metas previamente estabelecidas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	2.730	2.867	8.172	8.901
Encargos sociais	1.226	789	1.989	1.423
Benefícios diretos e indiretos	55	114	1.783	523
Participações nos resultados	3.398	1.080	4.235	1.497
	7.409	4.850	16.179	12.344

26. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	30/06/2017	30/06/2018	30/06/2017
Receita financeira				
Rendimento de aplicação financeira	344	-	7.368	1.974
Valor justo debêntures	-	-	15.788	-
Instrumentos derivativos	-	-	675	659
Juros recebidos	-	-	45	142
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	8.494	13.593	361	588
Outros juros e descontos obtidos	6.873	8.519	1.046	10.219
	15.711	22.112	25.283	13.582
Despesa financeira				
Juros e remunerações sobre debêntures	-	-	(18.008)	(16.787)
Atualização monetária de empréstimos e financiamentos	(10.114)	(18.886)	(124.661)	(107.743)
Instrumentos derivativos	-	-	1.045	(2.302)
Valor justo debentures (fair value options)	-	(92.067)	(5.517)	(192.087)
Impostos sobre operações financeiras	(916)	(901)	(10.996)	(1.624)
Outros juros, multas e atualizações	(1.908)	(2.379)	(12.783)	(28.431)
	(12.938)	(114.233)	(170.920)	(348.974)
Resultado financeiro	2.773	(92.121)	(145.637)	(335.392)

Notas Explicativas

27. Seguros (Consolidado)

A Triunfo e suas controladas adotam uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e a relevância por montantes considerados suficientes, levando em consideração a natureza de sua atividade e a orientação de seus consultores de seguros.

Companhia	Tipo de cobertura						Total LMI (i)
	Responsabilidade Civil	Riscos Operacionais	Riscos de Engenharia	D&O	Garantia	Outros	
Econorte	10.000	88.093	3.000	-	90.869	-	191.962
Concer	19.406	107.700	25.000	-	-	-	152.106
Concepa	4.000	23.000	-	-	14.823	6.400	48.223
Concebra	10.000	74.246	10.000	-	-	-	94.246
Transbrasiliana	10.000	47.735	29.497	-	64.295	-	151.527
Triunfo	-	-	-	40.000	-	7.000	47.000
Total R\$	53.406	340.774	67.497	40.000	169.987	13.400	685.064

(i) O Limite Máximo de Indenização corresponde a 100% do valor das apólices.

Adicionalmente não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, o exame sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

28. Plano de previdência privada

Em 06 de janeiro de 2012 a Companhia firmou um Plano de Aposentadoria denominado Triunfo Prev, cuja modalidade é contribuição definida. Dessa forma, a Companhia não possui obrigações atuariais a serem reconhecidas.

As contribuições da controladora no período findo em 30 de junho de 2018 totalizam R\$1.602 (R\$6.774 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$1.849 (R\$7.702 no consolidado) respectivamente.

As contribuições da controladora no período findo em 31 de dezembro de 2017 totalizam R\$1.698 (R\$7.524 no consolidado) e as contribuições dos profissionais totalizam R\$1.962 (R\$ 8.465 no consolidado) respectivamente.

O total de participantes ativos no plano na modalidade contribuição definida em 30 de junho de 2018 é de 1.016 participantes (1.005 participantes em 31 de dezembro de 2017).

29. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Notas Explicativas

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, apresentados nas demonstrações financeiras:

	Consolidado			
	Valor Contábil		Valor Justo	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Ativos Financeiros				
Aplicações financeiras vinculadas	23.917	25.140	23.917	25.140
Total	23.917	25.140	23.917	25.140
Passivos Financeiros				
Empréstimos e financiamentos	1.656.857	1.634.628	1.656.857	1.634.628
Debêntures	349.987	432.068	349.987	432.068
Notas Promissórias	144.589	171.680	144.589	171.680
Dividendos	35.313	114.806	35.313	114.806
Instrumentos Financeiros Derivativos	102.256	25.154	102.256	25.154
Total	2.289.002	2.378.336	2.289.002	2.378.336

Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- A debênture da Vênus foi reconhecida como um passivo a valor justo por meio de resultado, utilizando técnicas de avaliação e premissas que são praticadas no mercado.
- Os demais empréstimos, financiamentos e debêntures tiveram o seu valor contábil igual ao valor justo apurado.

b) Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

	30 de junho de 2018		
	Ativos/passivos cotados em mercados ativos (Nível 1)	Inputs significativamente observáveis (Nível 2)	Inputs significativamente inobserváveis (Nível 3)
Ativos/Passivos mensuráveis a valor justo			
Debênture (Econorte)	-	111.972	-
Derivativo (swap)	-	24.059	-
Debêntures (Vênus)	-	-	3.987
Ativos/Passivos com divulgação do valor justo			
Debênture (Econorte)	-	111.972	-
Derivativo (swap)	-	24.059	-
Debêntures (Vênus)	-	-	3.987

c) Instrumentos financeiros derivativos

Notas Explicativas

- Econorte:

Em 30 de junho de 2018 a Companhia mantém um contrato de Swap de juros junto ao Banco Santander com o objetivo de proteger parte da remuneração de juros de CDI + 1,90 a.a. referente à debenture emitida em abril de 2015. O contrato de swap prevê que a Companhia transfira o risco de CDI + 1,90 a.a. para o banco em troca de IPCA + 9,10 a.a..

O valor nominal contratado foi de R\$246.000 com vencimento semestral sendo o primeiro em 15 de outubro de 2015 e o último em 15 de abril de 2020. Os vencimentos do Swap correspondem aos pagamentos de juros da debênture.

O instrumento financeiro derivativo e a debênture são mensurados a valor justo a partir de inputs significativamente observáveis, se enquadrando no nível 2 de hierarquia de valor justo.

A Companhia mantém controles sobre os efeitos dos passivos financeiros e dos derivativos.

Instrumentos Derivativos

	Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017
Ganho/Perda instrumentos derivativos	(25.213)	(26.945)
Marcação a mercado derivativos	1.154	1.791
Total instrumentos financeiros derivativos	(24.059)	(25.154)
Passivo Circulante	(11.997)	(9.466)
Passivo Não circulante	(12.062)	(15.688)
	(24.059)	(25.154)

Ajuste a valor justo debêntures

	30/06/2018	31/12/2017
Ajuste valor justo das debêntures	(1.125)	(1.750)
Total ajuste valor justo debêntures	(1.125)	(1.750)
Efeito no Passivo Circulante	(5.585)	(7.652)
Efeito no Passivo Não circulante	4.460	5.902

A tabela abaixo apresenta a perda com valor justo do swap segregado por período:

Prazo	2018	2019	2020	Total
Valor	(5.461)	(12.331)	(6.267)	(24.059)

- Vênus:

Em novembro de 2016, a controlada Vênus emitiu Debêntures privadas conversíveis em ações, conforme descrito na nota explicativa nº 18. O vencimento das debêntures ocorrerá em janeiro de 2021, porém a 1ª série da emissão foi liquidada antecipadamente em 2017.

Notas Explicativas

A 2ª série consiste no pagamento de um prêmio ao debenturista do valor resultante da diferença (se positiva) entre (i) a média ponderada por volume financeiro de negociação das ações da Triunfo na B3 durante os 60 pregões que antecederem a data de vencimento e (ii) o valor de R\$4,46, multiplicado por 15.000.000.

O saldo do prêmio está registrado a *Fair Value Option*, representando o cálculo do valor a ser pago de acordo com a precificação das ações da Triunfo projetada para a data de vencimento das debêntures. Em 30 de junho de 2018, o valor justo do prêmio corresponde a R\$3.987 (R\$19.775 em 31 de dezembro de 2017).

d) Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava exposta na data base de 30 de junho de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 6,25% para o ano de 2018 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações negativas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a “receita financeira bruta”, não levando em consideração a incidência de tributos sobre os rendimentos das aplicações. A data base utilizada da carteira foi 30 de junho de 2018, projetando um ano e verificando a sensibilidade do CDI com cada cenário.

Triunfo (Controladora e consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Triunfo (controladora)	CDI	87	65	44
Econorte	CDI	2.029	1.522	1.014
Concer	CDI	9	7	5
Transbrasiliana	CDI	928	696	464
BR Vias holding	CDI	15	11	7
Concebra	CDI	566	425	283
Rio Claro	CDI	12.181	9.136	6.091
R\$253.031 (*)		15.815	11.862	7.908
Taxa/índice sujeitos às variações (**)	CDI	6,25%	4,69%	3,13%

(*) Saldos em 30 de junho de 2018 aplicados em CDB e Fundos DI

(**) Fonte BACEN

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data base de 30 de junho de 2018, foram definidos 3 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, CDI e IPCA projetados para o ano de 2018, foram definidos os cenários prováveis para o exercício e a partir destes calculadas variações positivas de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2018. A data base utilizada para os financiamentos e

Notas Explicativas

debêntures foi 30 de junho de 2018 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

Triunfo (Controladora e Consolidado)

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário II	Cenário III
Fiança Bancária FINEP - ABC	CDI	41	51	61
Cédula de crédito bancário - China Construction Bank	CDI	2.069	2.586	3.103
Cédula de crédito bancário - Trophy FIP Multiestratégia	CDI	1.490	1.863	2.236
Fiança Bancária FINEP - China Construction Bank	CDI	167	209	250
Fiança Bancária FINEP - Santander	CDI	796	995	1.194
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	2.939	3.673	4.408
Cédula de crédito bancário - ABC	CDI	949	1.186	1.424
Financiamento de imobilizado - FINEP	TJLP	73	91	109
Cédula de crédito bancário - Avalista	CDI	409	511	613
Cédula de crédito bancário - Banco Panamericano	CDI	508	634	761
Crédito Bancário - Banco ABC	CDI	2.469	3.087	3.704
Cédula de crédito bancário - Banco Pine	CDI	3.339	4.174	5.009
Empréstimo Ponte - BNDES	TJLP	13.663	17.079	20.495
Cédula de crédito bancário - Banco Credito Varejo	CDI	840	1.050	1.260
Cédula de crédito bancário - Banco Fibra	CDI	597	747	896
Conta garantida - Santander	CDI	886	1.107	1.329
Empréstimo Ponte - BNDES	TJLP	56.855	71.069	85.283
Cédula de crédito bancário - BDMG	CDI	1.210	1.513	1.815
Empréstimo Ponte - BDMG	CDI	2.267	2.834	3.401
Empréstimo Ponte - Banco do Brasil	CDI	3.782	4.728	5.674
Finem - BNDES	TJLP	10.696	13.370	16.044
Cédula de crédito bancário - Banco ABC	CDI	950	1.188	1.425
Cédula de crédito bancário - BTG Pactual	CDI	974	1.218	1.461
R\$1.652.974 (*)		107.969	134.963	161.955
Debêntures - Econorte	CDI	6.998	8.748	10.497
Debêntures - Concer	CDI	7.055	8.819	10.582
Debêntures – Triunfo (Vessel)	IPCA	1.819	2.273	2.728
Debêntures - BR Vias Holding TBR	IGP-M	5.831	7.288	8.746
R\$346.000 (*)		21.703	27.128	32.553
Notas Promissórias – Concer (i)	CDI	9.037	11.296	13.555
R\$144.589 (*)				
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	CDI	6,25%	7,81%	9,38%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IGP-M	7,67%	9,59%	11,51%
Taxa/Índice sujeitos às variações (***)	TJLP	6,63%	8,29%	9,95%
Taxa/Índice sujeitos às variações (**)	IPCA	4,03%	5,04%	6,05%

(*) Saldos em 30 de junho de 2018

(**) Fonte: BACEN

(***) Fonte: Relatório Santander

Para verificar a sensibilidade do prêmio da debênture da controlada Vênus, foi definido o cenário provável para o ano de 2018, e a partir deste foram calculadas variações positivas e negativas de 25% e 50%.

Notas Explicativas

Vênus (Consolidado)

Risco	Cenário Provável	Cenário II - 50%	Cenário III - 25%	Cenário IV 25%	Cenário V 50%
Risco da ação da Triunfo (i)	16.559	(3.300)	(1.983)	2.553	5.581

(i) Utilizada a expectativa do preço futuro da ação da Triunfo para 31 de dezembro de 2018, conforme consulta à Bloomberg.

e) Análise de riscos

Os principais riscos de mercado e regulatórios a que a Companhia e suas controladas estão expostas na condução das suas atividades são:

i) Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na eventualidade da Companhia e suas controladas não disporem de recursos suficientes para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O controle da liquidez e do fluxo de caixa da Companhia e suas controladas é monitorado diariamente pelas áreas de Gestão da Companhia, de modo a garantir que a geração operacional de caixa e a captação prévia de recursos, quando necessária, sejam suficientes para a manutenção do seu cronograma de compromissos, não gerando riscos de liquidez para a Companhia e suas controladas.

ii) Risco de crédito

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Aproximadamente 50,0% das receitas das concessionárias de rodovias é recebida à vista, o que mantém o índice de inadimplência abaixo de 1%.

iii) Risco de mercado

Risco de taxas de juros e inflação: O risco de taxa de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IGP-M, CDI, e aplicações financeiras referenciadas em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação.

iv) Risco de preço e valor de mercado

A presente estrutura tarifária cobrada nas praças de pedágio das concessionárias de rodovias é regulada pelo poder concedente que permite manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.

Notas Explicativas

v) Risco regulatório

Desconsidera-se quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração das rodovias. Em relação a um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual, a probabilidade é avaliada como remota.

A geração de caixa futura das concessionárias de rodovias demonstra ser compatível com a necessidade de investimentos previstos no Programa de Exploração da Rodovia - PER.

Considera-se que a Companhia e suas controladas tem a efetiva capacidade de honrar seus compromissos de investimentos.

vi) Gestão de capital

A Triunfo controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. A Companhia pode efetuar pagamentos de dividendos, retorno de capital aos acionistas, captação de novos empréstimos, emissões de debêntures, emissão de notas promissórias e a contratação de operações com derivativos.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, financiamentos, debêntures e notas promissórias menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/2018	31/12/2017	30/06/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	135.716	131.069	1.656.857	1.634.628
Debêntures (Nota 18)	45.131	43.484	351.502	432.068
Notas promissórias (Nota 19)	-	-	144.589	171.680
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 29)	-	-	102.256	24.154
(-) Caixa e equivalente de caixa (Nota 4)	(1.399)	(3.782)	(252.595)	(376.131)
(-) Caixa restrito (Nota 5)	-	-	(1.373)	(3.983)
(-) Aplicações financeiras vinculadas (Nota 6)	-	-	(23.917)	(25.140)
Dívida líquida	179.448	170.771	1.977.319	1.857.276
Patrimônio líquido (Nota 23)	1.224.303	1.205.340	1.337.452	1.330.810
Total do capital	1.403.751	1.376.111	3.314.771	3.188.086
Índice de alavancagem financeira - %	12,78	12,41	59,65	58,26

30. Informações por segmento

Nos segmentos operacionais consolidados da Companhia estão os seguintes negócios:

- Concessões de rodovia: Econorte, Rio Tibagi, Concer, Rio Bonito, Concepa, Rio Guaíba, Dable, Holding TBR, Transbrasiliiana, Concebra, Triunfo Convale, Rio Paraíba e CTVias;
- Administração de portos: TPI-Log, TPB e Santa Cruz;
- Energia: Juno;
- Holding: a Companhia;
- Outros: Terlip, Rio Claro, Tucano, Retirinho, Guariroba, Estrela, Taboca, Rio Dourado, Netuno, Mercúrio, Minerva, ATTT, Trevally e Vênus.

Notas Explicativas

31. Compromissos das concessões

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Por se tratar de serviços de construção/melhorias que representam potencial de geração de receita adicional, com a recuperação do investimento efetuado por meio dessa geração adicional de receita, estes possuem caráter de execução, e o reconhecimento das obrigações (de construir) e do direito (de explorar) é feito à medida que os serviços de construção são prestados.

Os compromissos relacionados a concessões das controladas, que representam potencial de geração de receita adicional, são:

a) Concer

A Concer assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros 12 anos da concessão. O Programa de Exploração da Rodovia (PER) prevê investimentos anuais remanescentes, conforme demonstrativo abaixo:

Ano	Valor
2018	18.564
2019 a 2021	45.578
	<u>64.142</u>

Os valores apresentados encontram-se a preço original de abril de 1995 e são atualizados com o índice de reajuste da tarifa, estando em vigor o índice de 4,71016 aprovado em 2016.

Adicionalmente, a controlada Concer assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$210 durante o período de realização dos “Trabalhos Iniciais”, R\$300 do período que irá do início da cobrança do pedágio até a conclusão das obras de recuperação e R\$210 desde a conclusão das obras de recuperação até a extinção da concessão, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão e aditivos como segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Receita de construção	5.556	77.245
Custo de construção	(5.556)	(75.227)
	<u>-</u>	<u>2.018</u>

A margem apresentada no reconhecimento de receita de construção da Concer é referente ao 12º aditivo do contrato de concessão (vide nota explicativa nº 3 i).

Notas Explicativas

b) Concepa

Até 30 de junho de 2018 os compromissos de investimento estabelecidos no Contrato de Concessão foram integralmente cumpridos. Em 03 de julho de 2018 foi encerrado o prazo da prorrogação do contrato de concessão da Concepa, encerrando as operações da concessionária na mesma data.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receita de construção	-	37.425
Custo de construção	-	(37.425)
	<u>-</u>	<u>-</u>

c) Econorte

O prazo de concessão da Econorte será o necessário ao cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato de Concessão celebrado com o Departamento de Estradas e Rodagem (DER/PR), sendo seu término previsto para o ano de 2021.

Conforme 6º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, o Programa de Exploração da Rodovia - PER passou a prever investimentos no montante de R\$283.081 com o seguinte cronograma de desembolsos:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2018	44.819
2019	56.207
2020	84.852
2021	97.203
	<u>283.081</u>

Adicionalmente, a Econorte assumiu o seguinte compromisso decorrente da concessão:

- Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais, iguais e sucessivas, de R\$70 durante o período do início até o décimo primeiro ano e R\$77 do décimo segundo ano até o final do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	<u>30/06/2018</u>	<u>30/06/2017</u>
Receita de construção	1.877	15.278
Custo de construção	(1.877)	(15.278)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

d) Concebra

A Concebra assumiu as rodovias com a previsão de realizar investimentos significativos nos primeiros cinco anos da concessão. Com a anuência da ANTT, a Companhia também assumiu novos compromissos de investimentos como desvio de tráfego dentro do perímetro da cidade de Goiânia - GO (contorno de Goiânia), acesso ao aeroporto de Goiânia, dentre outros investimentos demonstrados abaixo em valores nominais:

Ano	Valor
2018	907.831
2019	1.006.546
2020	406.434
2021 até 2044	5.416.198
	<u>7.737.009</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Receita de construção	48.790	15.057
Custo de construção	(47.553)	(14.675)
	<u>1.237</u>	<u>382</u>

e) Transbrasiliana

De acordo com o programa nacional de concessão de rodovias, a Companhia assumiu a rodovia com a previsão de realizar investimentos durante o prazo da concessão. Os investimentos anuais remanescentes previstos no PER estão demonstrados abaixo:

Ano	Valor
2018	61.622
2019	12.012
2020	40.314
2021	10.892
2022	27.878
2023 até 2032	182.839
	<u>335.557</u>

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão como segue:

	30/06/2018	30/06/2017
Receita de construção	20.599	5.535
Custo de construção	(20.599)	(5.535)
	<u>-</u>	<u>-</u>

Ressalta-se que, além dos compromissos descritos acima, as controladas Concer, Concepa, Econorte, Concebra e Transbrasiliana não assumiram qualquer outro compromisso oneroso, quer seja outorga fixa ou variável, para operação das rodovias sob sua concessão.

Notas Explicativas

32. Eventos subsequentes

i) Encerramento do Contrato de Concessão - Concepa

No dia 03 de julho de 2018 foi encerrado o período de extensão de 12 meses estabelecido pelo Termo Aditivo nº 14/2017 ao Contrato de Concessão nº PG-016/97-00, celebrado entre a controlada Concepa e o Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para a operação dos trechos das BR-290 e BR-116 (RS).

A Concepa apresentou a sua disponibilidade para continuar operando as rodovias, conforme permite a Lei nº 13.448/17, uma vez que o processo para definição de nova concessionária ainda não foi realizado. Contudo, a proposta apresentada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) busca alterar as bases acordadas no Aditivo, além de alterar a matriz de riscos da concessão, o que inviabiliza a operação e manutenção dos mesmos níveis de serviços prestados ao longo de 21 anos.

A Companhia destaca, ainda, que a Concepa recorreu à Justiça para garantir o reequilíbrio financeiro de investimentos realizados ao longo do período administrado e ainda não remunerados.

ii) Recuperação Judicial – Viracopos

Em 27 de julho de 2018, foi protocolado na 8ª Vara Cível da Comarca de Campinas o Plano de Recuperação Judicial das controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A.

O pedido de Recuperação Judicial foi protocolado no dia 07 de maio de 2018, nos termos da Lei nº 11.101/05 e do parágrafo único do artigo 122 da Lei nº 6.404/76. O objetivo do pedido é preservar os ativos das controladas em conjunto, promover o equacionamento de sua situação financeira, assegurar a continuidade das atividades e a manutenção de milhares de postos de trabalho (diretos e indiretos), assegurar o recolhimento de relevantes tributos e o pagamento dos créditos concursais (vide nota explicativa 1 item iv e nota explicativa 3 item v).

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**1. ACIONISTAS COM MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE**

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA.						
Companhia:						Posição em 30 de junho de 2018 (Em Mil Ações)
TPI - TRIUNFO PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS S.A.						
Acionista	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
THP - Triunfo Holding de Participações Ltda.	97.750	55,54	-	-	97.750	55,54
BNDES Participações S.A. – BNDESPAR	8.966	5,09	-	-	8.966	5,09
Explorador Capital Management (i)	20.105	11,42	-	-	20.105	11,42
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.502	0,85	-	-	1.502	0,85
Miguel Ferreira Aguiar	892	0,51	-	-	892	0,51
Wilson Piovezan	88	0,05	-	-	88	0,05
Carlo Alberto Bottarelli	600	0,34	-	-	600	0,34
Ações em tesouraria	2.493	1,42	-	-	2.493	1,42
Outros	43.604	24,78	-	-	43.604	24,78
Total	176.000	100,0	-	-	176.000	100,0

(i) Companhia domiciliada no exterior.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DO ACIONISTA CONTROLADOR DA COMPANHIA, ATÉ O NÍVEL DE PESSOA FÍSICA						
Denominação:					Posição em 30 de junho de 2018 (Em Mil Ações ou Cotas)	
THP - TRIUNFO HOLDING DE PARTICIPAÇÕES LTDA.						
Acionista / Cotista	Ações Ords. / Cotas		Ações Prefs. / Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
João Villar Garcia	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Miguel Ferreira Aguiar	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Wilson Piovezan	30.456	22,5	-	-	30.456	22,5
Klavier Investimentos S.A.	13.535	10,0	-	-	13.535	10,0
Total	135.359	100,0	-	-	135.359	100,0

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes**2. POSIÇÃO DOS CONTROLADORES, ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO**

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30 de junho de 2018						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
Explorador Capital Management	20.104.950	11,42	-	-	20.104.950	11,42
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.502.082	0,85	-	-	1.502.082	0,85
Miguel Ferreira Aguiar	891.928	0,51	-	-	891.928	0,51
Wilson Piovezan	87.790	0,05	-	-	87.790	0,05
Administradores						
Diretoria	609.544	0,35	-	-	609.544	0,35
Conselho de Administração (exceto controladores)	121	0,00			121	0,00
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	52.560.185	29,86	-	-	52.560.185	29,86
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100,00

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Posição em 30 de junho de 2017						
Acionista	Quantidade de Ações Ordinárias (Em Unidades)	%	Quantidade de Ações Preferenciais (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	97.750.000	55,54	-	-	97.750.000	55,54
Explorador Capital Management	20.399.600	11,59	-	-	20.399.600	11,59
Controladores e Administradores						
Controladores						
Luiz Fernando Wolff de Carvalho	1.662.450	0,94	-	-	1.662.450	0,94
Miguel Ferreira Aguiar	1.092.250	0,62	-	-	1.092.250	0,62
Wilson Piovezan	712.250	0,40	-	-	712.250	0,40
Administradores						
Conselho de Administração	-	-	-	-	-	-
Diretoria	630.000	0,36	-	-	630.000	0,36
Conselho Fiscal	-	-	-	-	-	-
Ações em Tesouraria	2.493.400	1,42	-	-	2.493.400	1,42
Ações em circulação	51.260.050	29,13	-	-	51.260.050	29,13
Total	176.000.000	100,00	-	-	176.000.000	100,00

3. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia, seus Acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Novo Mercado, do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado e do Contrato de Participação no Novo Mercado, perante Câmara de Arbitragem do Mercado, de acordo com seu respectivo Regulamento de Arbitragem.

* * *

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais - ITR

Aos

Administradores e Acionistas da

TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A.

São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da TPI – Triunfo Participações e Investimentos S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR respectivamente referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2018, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2018 e as respectivas demonstrações dos resultados e dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para os períodos de três e seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Recuperação Extrajudicial

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nos 1 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, que indica que, em 22 de julho de 2017, a Companhia, ajuizou pedido de homologação dos Planos de Recuperação Extrajudicial (“Planos”), em conjunto com suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A. - CONCERT, Companhia de Maestra Serviços de Engenharia S.A., NTL - Navegação e Logística S.A., Dable Participações Ltda. e Vessel Log Serviços de Engenharia S.A. (em conjunto “Recuperandas”), nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais do Foro Central de São Paulo em 25 de julho de 2017, conforme descrito nas referidas notas explicativas. Os Planos foram homologados pelo Juiz da 2ª Vara de Falências e Recuperações Judiciais da Comarca de São Paulo no dia 9 de fevereiro de 2018. Os possíveis efeitos sobre as operações das Recuperandas, caso haja, dependem de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, tais como o próprio resultado da execução dos Planos nos moldes planejados. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e controladas

Chamamos a atenção para as Notas Explicativas nos 1, 13 e 17 às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, onde a Administração detalha o plano para continuidade operacional da Companhia e de suas controladas Companhia de Concessão Rodoviária Juiz de Fora - Rio S.A., Concebra Concessionária das Rodovias Centrais do Brasil S.A., Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A. e Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. visto ao descumprimento de suas obrigações financeiras e/ou exposição negativa de capital circulante líquido. Adicionalmente, conforme descrito na Nota Explicativa no3 i), o prazo da concessão operada pela controlada Concessionária da Rodovia Osório - Porto Alegre S.A. se encerrou em 3 de julho de 2017. A partir dessa data as operações desta controlada foram realizadas por força do 14º aditivo ao contrato original de concessão por um período adicional de 12 meses que se encerrou em 3 de julho de 2018. A continuidade operacional da Companhia e de suas controladas depende de aportes de capital próprio e/ou de terceiros, além da alienação de ativos e execução dos Planos de Recuperação Extrajudicial. Esses eventos ou condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional da investida Aeroportos Brasil Viracopos S.A.

Conforme descrito nas Notas Explicativas nos 1 iv) e 3 v) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, os acionistas da controlada indireta em conjunto Aeroportos Brasil Viracopos S.A., em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de julho de 2017, autorizaram a concessionária a adotar as medidas necessárias para solicitar a instauração de processo de relicitação do Contrato de Concessão, conforme diretrizes da Lei nº 13.448/17. Adicionalmente, em 07 de maio de 2018, as controladas em conjunto Aeroportos Brasil S.A., Aeroportos Brasil Viracopos S.A. e Viracopos Estacionamentos S.A. protocolaram pedido de Recuperação Judicial, nos termos da Lei nº 11.101/05, que foi deferido pela juíza da 8ª. Vara Cível do Município de Campinas em 23 de maio de 2018, conforme descrito nas referidas notas explicativas. A implementação das ações acima e os possíveis efeitos sobre as operações das investidas mencionadas anteriormente depende de eventos futuros, que poderão ou não ocorrer, com o intuito principal de assegurar a continuidade de suas atividades. Essas condições indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional das referidas investidas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Investigação Interna

Conforme mencionado na Notas Explicativas nos 1 ii) e 1 iii) às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, o Conselho de Administração da Companhia instaurou Comitê Independente para coordenar investigações internas com o propósito de prestar esclarecimentos específicos e concretos sobre os mandados de busca e apreensão, cumprido pela Polícia Federal, na sede da TPI - Triunfo Participações e Investimentos S.A. e de suas controladas Empresa Concessionária de Rodovias do Norte S.A. - Econorte e Rio Tibagi Serviços de Operações e Apoio Rodoviário Ltda., ocorrido em 22 de fevereiro de 2018. As ações para a investigação pelo Comitê Independente ainda se encontram em andamento e, neste momento, não é possível prever os desdobramentos futuros para a Companhia e/ou suas controladas decorrentes deste processo de investigação interno, bem como pelas autoridades públicas. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Apresentação dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa no. 2.6 foram auditados por nós, que emitimos relatório datado em 15 de março de 2018, que não conteve qualquer modificação. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes aos períodos de três e seis meses findo em 30 de junho de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

São Paulo, 7 de agosto de 2018.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC- 2SP034519/O-6

Ezequiel Litvac

Contador CRC-1SP249186/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 07 de agosto de 2018 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 07 de agosto de 2018.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho

Diretora Administrativo-Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores sobre as Informações Trimestrais com o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

Em observância às disposições constantes no artigo 25 da Instrução CVM nº 480/09, de 07 de dezembro de 2009, a Diretoria da Companhia declara que discutiu, reviu e concordou, por unanimidade, com as opiniões expressas no Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes sobre as Informações Trimestrais da Companhia, emitido em 07 de agosto de 2018 e com as demonstrações contábeis relativas ao período encerrado em 30 de junho de 2018.

São Paulo, 07 de agosto de 2018.

Carlo Alberto Bottarelli

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

Ana Cristina Solheid da Costa de Carvalho

Diretora Administrativo-Financeiro